ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 20 DE ABRIL DE 2023

ATA NÚMERO VINTE E CINCO

Ao vigésimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Eira.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alexandra Mónica Soares Amaro, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, Eduardo Migue Sabino Guedes Barroco de Melo, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, João Morais de Sousa, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim César Ramos Rodrigues, Joaquim de Sousa Rocha, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Gamboa Campos, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Maria Soares Gonçalves, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Serafim da Silva Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Vítor da Silva Pereira Canastro, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, João Emanuel de Gouveia Martins, Beatriz Lima Vieira, André Araújo Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira. ----------

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituídos pelo elemento disponível, os seguintes deputados municipais: Jaime da Silva Quintas substituído por Abel Filipe Dias Gonçalves, Joaquim António Dias Tavares substituído por Manuel Benjamim Leite Soares, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo substituída por João Pedro Ferreira Martins, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos substituída por Júlia Dorinda Lima Sampaio, Jorge Miguel Félix Espanhol substituído por João Emílio Santos Carvalho de Almeida, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira substituído por José Manuel Valente Pereira de Sousa e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. ----------

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído nos termos da Lei pelo seu representante legal, os seguintes Presidentes de Junta: Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro substituído por Nicolino

Eduardo da Silva Ribeiro, Filipe da Silva Lopes faltou não sendo substituído e Manuel Paulo de Jesus Lopes substituído por Mário Vicente Sousa Silva Reis. ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Miguel Vieira Azevedo e os Senhores(as) Vereadores(as): Dário Soares Freitas da Silva, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia, José Joaquim Cancela Moura e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. ----------

Estiveram ausentes, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os senhores(as) Vereadores(as): Marina Raquel Lopes Mendes, José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar e Paula Cristina Martins Carvalhal. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que iriam começar os trabalhos sem a presença do Senhor Presidente da Câmara e que o mesmo seria representado pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr.ª Marina Mendes até à sua chegada.----------

Ponto 1 - Público. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia alertou para o facto de estar inscrito apenas 1 munícipe, e a pedido deste, solicitou que a Senhora 2ª Secretária da Mesa a pudesse ler, pela dificuldade de visão do munícipe. ----------

Senhor Joaquim Gomes (União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso), no uso da palavra começou por sugerir 3 alterações sendo as passadeiras da Rua da Rasa, Visconde das Devesas e Marquês Sá da Bandeira. Referiu pontos negativos a melhorar como degraus irregulares, passagens sem destino no Jardim de Soares dos Reis. Na Avenida Infante D. Henrique, a sinalização de peões e passadeiras pouco visíveis e semaforização ineficaz. Propôs três caminhos para a travessia do Jardim Soares dos Reis assim como os tipos de materiais que deviam ser usados. Disse também que atualmente o jardim mais parece um labirinto que seria bom para descanso e crianças brincarem, mas com outro pavimento. Terminou criticando que na Praceta colocaram estruturas e coberturas metálicas nos bancos e caixotes pintados de vermelho que mais pareciam uma barraca. Questionou a razão de tal e estando perto do monumento do Escultor Soares dos Reis, conforme documento em anexo (vide anexo nº1). ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício Patrocínio Azevedo começou por agradecer os contributos do senhor Joaquim Gomes para ajudar na melhoria da qualidade de vida dos Gaienses. Disse não conseguir responder de imediato, mas que irão ter em conta os contributos e irá tentar encontrar soluções para a melhoria do espaço público do Jardim Soares dos Reis. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse estar terminado o Período de Intervenção do Público. Referiu não haver Atas a votação pelo que, passariam ao PAOD. ----------

Ponto 3. Período de "Antes da Ordem do Dia". ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que, dentro do Período Antes da Ordem do Dia, tinham entrado seis documentos, sendo que os Senhores Deputados, apresentaram o seguinte: ----------

Senhor Deputado João Martins (BE), apresentou um **Voto de Saudação,** "Viva o 25 de abril", conforme documento em anexo (vide anexo nº2). ----------

Senhor Deputado Pedro Teixeira (PAN), apresentou um **Voto de Recomendação,** "Gaia "veg-friendly" e inclusiva", conforme documento em anexo (vide anexo nº3). ----------

Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL), apresentou um **Voto de Congratulação**, pelo "Aprovação na Generalidade do Projeto Lei nº 598/XV/1ª", conforme documento em anexo (vide anexo nº4). ----------

Senhor Deputado André Araújo (CDU), apresentou uma **Moção**, "Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático", conforme documento em anexo (vide anexo nº5). ----------

Senhora Deputada Natália Gonçalves (PS), apresentou um **Voto de Louvor** "a Iolanda Barbosa", conforme documento em anexo (vide anexo nº6). ----------

Senhor Deputado Rui Teixeira (PS), apresentou um **Voto de Louvor,** "Pelo 50º Aniversário do Partido Socialista", conforme documento em anexo (vide anexo nº7). ----------

Inscreveram-se para intervir sobre os votos, os seguintes deputados: ----------

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD), começou por referir que o PSD votaria favoravelmente os votos do BE e da CDU, mas com propostas de alteração do PSD. Quanto ao BE, disse estar inteiramente de acordo com a diversidade étnico-racial da sociedade portuguesa deve ser acolhida e respeitada. Lembrou que o PSD votou contra a Lei Orgânica 2/20 de 10 de novembro porque no seu entender, Portugal tinha uma das

legislações mais generosas da Europa e implementada em 2018. Disse ser totalmente inadequado introduzir a alteração proposta pelo BE. Terminou dizendo que se o Voto de Saudação do BE, não fosse retirado, votariam contra, mas se o BE alterasse como o proposto pelo PSD, votariam favoravelmente. ----------

Quanto à Moção da CDU, o senhor deputado lembrou que somos um país independente e soberano graças à aliança com a Inglaterra. Continuou dizendo que quando a CDU afirmava "o aumento expressão e promoção das forças reacionárias e da política de direita", achando que ao incluir o PSD na direita, obviamente não poderão votar esta Moção se mantiverem as "políticas reacionárias de direita". Referiu também não estar de acordo com a exigência de criação de regiões administrativas e que o PSD, defende que deveria ser efetuado um referendo. Terminou, afirmando que votariam favoravelmente, mas deveriam ser retirados os pontos para alterar o que o PSD defende. ----------

Senhor Deputado João Martins (BE), apenas interveio para dizer que entende a posição do PSD, mas que manterá o documento. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, após a solicitação da palavra do senhor deputado do CDS, para intervir, não o permitiu, pois, não sinalizou quando o deveria fazer. ----------

Senhora Deputada Paula Baptista (CDU), pediu desculpa pela interpelação à mesa, mas entendia que sendo um debate e havendo tempo, porque é que o senhor deputado do CDS não podia falar? Terminou dizendo entender o esforço de gestão da Mesa, até porque são nove forças políticas, mas que existindo tempo no PAOD, deveria ser dado palavra aos deputados. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, disse registar a intervenção da senhora deputada da CDU, mas que a Mesa manteria a posição. Disse não ter nada que ver com liberdade nem democracia, mas com a organização dos trabalhos e que se o senhor deputado entendesse poderia recorrer para o plenário. ---------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou as seis propostas a votação. ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Saudação, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "Viva o 25 de abril". ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 38 votos a favor (19 do PS e 13 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do PAN e 01 do IL), 01 voto contra do CH e 07 abstenções (05 do PSD e 02 do CDS-PP). ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal do PAN, "Gaia "veg-friendly" e inclusiva". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Municipal da IL, "Aprovação na Generalidade do Projeto Lei nº 598/XV/1ª". ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 39 votos a favor (19 do PS, 13 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH, 01 do PAN e 01 do IL), 02 votos contra da CDU e 05 abstenções do PSD. ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, "Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático". ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 37 votos a favor (19 do PS, 13 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN), 07 votos contra (05 do PSD, 01 do CH e 01 do IL) e 02 abstenções do CDS-PP. ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, "a Iolanda Barbosa".----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O senhor deputado Jorge Pereira (CH), entregou à Mesa duas Declarações de Voto, conforme documentos anexos (vide anexos nº 8 e 9). ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu a palavra ao senhor Deputado Paulo Martins do PSD. ----

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD), interveio dizendo que deverá haver bom senso e o que ficou decidido em Conferência de Líderes foi, se não houvesse tempo. Neste caso, tanto o CDS como o CH têm tempo suficiente para intervir, apesar do CH optar por fazer a entrega das Declarações de Voto à Posteriori. --------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, referiu que a questão poderá sempre ser tratada e uniformizada em Conferência de Líderes. Voltou a dizer que a Mesa não altera o posicionamento, dizendo que as Declarações de Voto podem e devem ser anexas às Atas. Referiu novamente que o senhor deputado do CDS, poderia recorrer ao Plenário. ----------

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS), disse estar a ser colocado em causa um constrangimento num momento que se tem o Regimento para votar. Deu nota também que se o problema era uma questão de tempo, referindo haver partidos que não usaram da palavra e nesse sentido é válido por parte do PS, a possibilidade do uso da palavra pelo senhor deputado do CDS. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício Patrocínio Azevedo, sugeriu ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia a possibilidade de uma pausa de três minutos, para que os líderes pudessem decidir.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, validou a proposta, com a aceitação da Mesa para uma pausa de três minutos. ----------

Após a pausa, deu nota que a gestão do PAOD decorre da Lei se ter mantido. Deu a palavras aos senhores deputados que pretendiam usar da palavra para Declarações de Voto. ----------

Senhor Deputado José Sousa (CDS-PP), esclareceu o sentido de voto do CDS nas diversas intervenções. Disse que em relação às abstenções do Voto de Saudação do BE e a Moção da CDU, ficariam desconfortáveis se votassem contra, mas que não seguiam os textos apresentados nem acompanhavam as políticas neles implícitas. Quanto à Recomendação do PAN, votariam favoravelmente. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito para apresentar Declaração de Voto, o Senhor Presidente da Mesa deu seguimento aos trabalhos. ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, "Pelo 50º Aniversário do Partido Socialista".----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 41 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP e 01 da IL), e 05 abstenções (02 do BE, 01 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN). ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, questionou os senhores deputados que quisessem intervir, estando inscritos os seguintes deputados: ----------

Senhor Deputado João Almeida (CDS-PP), na sua intervenção questionou sobre o imóvel da antiga Sede da Junta de Freguesia de Pedroso que tinha sido colocada em hasta pública, pretendendo saber se o processo tinha sido adjudicado. Quanto ao mercado que se realiza no Parque da Lavandeira, pretendia saber se irá ter continuidade e se não, se haverá alguma alternativa a considerar. Questionou qual o objetivo do investimento no posto de Polícia Marítima da Granja, se o Município de Gaia efetuou obras noutras infraestruturas que eram da competência do poder central. Questionou sobre a possibilidade de passagem de autocarros turísticos na Ponte D. Luís I e terminou a sua intervenção perguntando se estaria prevista regulamentação para as trotinetes e a sua circulação na via pública. ----------

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD), começou por questionar sobre o abate de árvores na Avenida Vasco da Gama em Miramar a pretexto das obras de requalificação da Linha do Norte. Disse, que o abate de árvores, causaria profundo desagrado e mal-estar entre os moradores, aparentemente esse abate de árvores, já parcialmente realizado do lado poente e, em preparação a nascente, estaria relacionado com a necessidade das quatro ruas laterais, uma de cada lado, tal como previsto na primeira versão do projeto. Todavia essa solução foi abandonada pela IP a favor de espaços de coexistência arborizados com circulação pedonal, ciclável e de acesso automóvel para os residentes. Assim esse abate de árvores afigura-se injustificado se acreditarmos que à superfície irá prevalecer o projeto preparado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e não o projeto inicial da IP. Questionou se o projeto apresentado na junta de Freguesia de Arcozelo será ou não para manter na sua globalidade. ----------

Relativamente à requalificação da linha do Norte, disse que de acordo com o referido pelo senhor presidente da câmara em exercício, o grande interesse do protocolo celebrado entre a Câmara de Gaia e a IP, seria permitir à IP, encomendar um estudo não apenas sobre supressão de passagens de nível, mas um estudo mais abrangente e que contemple inserção urbanística. Nesse caso, perguntou se esse estudo já foi encomendado, quando se iniciou, quando se prevê a sua conclusão e outros dados que entenda conveniente,

proporcionar-nos, nomeadamente o custo do estudo e quem vai pagar. Terminando com o tema sobre Saúde Mental, disse pretender o PSD, salientar a substancial quantidade de fundos que poderiam ser utilizados no âmbito do mecanismo de recuperação e resiliência no qual se enquadra o plano de recuperação e resiliência. O PRR tem um período de execução até 2026 e vai implementar um conjunto de reformas e de investimentos destinados a repor o crescimento económico e a reforçar o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década. Defendiam que era urgente implementar no concelho, uma instituição de cuidados continuados em Saúde mental que possibilitasse o apoio a esses doentes de especial vulnerabilidade e risco social. Considerou ainda que o envolvimento e o apoio da autarquia naquele domínio, em conjugação com o Hospital de Gaia e as IPSS do concelho seriam muito importantes para uma melhoria dos cuidados em Saúde mental prestados à população de Vila Nova de Gaia. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício Patrocínio Azevedo, começou por dar resposta ao CDS dizendo que a antiga sede da Junta de Freguesia de Pedroso, foi por duas vezes a hasta pública e não apareceram interessados. Quanto à feira no Parque da Lavandeira seria para manter. Relativamente à polícia marítima, estaria para ser assinado um protocolo com a Capitania e depois seria da responsabilidade deles a utilização do espaço. ----------

Relativamente à Ponte Luís I, o município decidiu condicionar a utilização do tabuleiro inferior da Ponte Luís I, permitindo apenas transportes públicos onde se inclui os autocarros e os táxis, bicicletas e pessoas a pé, mas para o momento queriam o transporte público, até para fomentar a sua utilização, mas que apesar das medidas, iriam acertando e monitorizando as mesmas. Disse também estarem a ponderar a possibilidade de permitir a utilização da ponte pelos tuk-tuk e pelos transportes turísticos, especialmente pelo TVDE. O que fizeram foi o condicionalismo da passagem de determinado tipo de veículos na Ponte, convictos que seria a melhor maneira para todos. Não se podia falar de uma cidade moderna, sem carros, e depois dizer que os carros têm primazia relativamente aos transportes públicos, falar no ambiente e a seguir prometer que os carros ficassem horas infinitas a descer General Torres. Há uma equipa a monitorizar as trotinetes e a cada três meses faziam um relatório que seria levado a Reunião de Câmara. Finalizou, dizendo que essas novas formas de mobilidade e tecnologia são mais dinâmicas e temos de nos ajustar a novos tempos. ----------

Quanto às questões levantadas pelo PSD, deu nota que apenas foram abatidas duas árvores de seis que eram preciso abater, porque não se podia ter árvores no meio da passagem. Referiu que o projeto em vigor estava a ser executado, exatamente o projeto que foi conciliado, acertado com os moradores e com o Prof. Eng.º Paulo Pinho, da Faculdade de Engenharia do Porto. Disse que havia um túnel com determinada dimensão e que foi reduzida drasticamente por forma a abater o menos possível, até porque, essa solução irá impedir a passagem de transportes públicos, e menos autocarros. Estão a ser abatidas as árvores necessárias para a

solução acertada com o Eng.º Paulo Pinho, com os moradores e com a senhora presidente da junta e que foi apresentada pelo senhor presidente da Câmara e pela equipa técnica no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Arcozelo. ----------

Relativamente ao estudo e impacto da inserção urbanística do IP, o estudo estava a ser feito e desenvolvido em parceria, entre a câmara e o IP. Nesse momento teriam um relatório detalhado de tudo o que são zonas de intervenção e zonas de "conflito" entre a intervenção pesada da linha de comboio e a necessidade de articular a rede viária, mas, sobretudo o espaço pedonável e ciclável incluindo toda a cortina arbórea que vai ser colocada ao longo da linha para tapar as barreiras sonoras que não dignificam muito a cidade, mas que eram fundamentais para cumprir os rácios do ruído imposto pela Europa e, sobretudo para garantir que o investimento não era devolvido. Estavam a trabalhar, mas lembrar que estavam a falar de um estudo, de uma obra de grande impacto financeiro que de momento só para requalificação da Avenida Vasco da Gama, são 1,5 milhões de euros, já para não falar de uma obra e de um protocolo, que estavam a trabalhar e para que se pudesse assinar, em mais de 15 milhões de euros, com a IP e que só será possível se houver um PRR que resolva essa questão. ----------

Relativamente à saúde mental, o senhor presidente da câmara em exercício referiu que o senhor vereador Dário Silva daria uma resposta até porque estaria a acompanhar o processo. ----------

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, Dário Silva, começou por agradecer as questões colocadas, referiu ter estado num Congresso e na sua intervenção teve a oportunidade de dizer que, a administração central foi responsável pelas políticas de saúde durante muito tempo e, de momento, exigia às câmaras municipais, um conjunto de políticas que ultrapassavam aquilo que são a sua esfera de intervenção. No caso concreto, disse que a Câmara Municipal teria de fazer do ponto de vista de intervenção junto da comunidade, um conjunto de ações que efetivamente uma maneira abrangente contribuíssem para minimizar esses problemas do plano de ação mental. Fizeram um diagnóstico daquilo que foi a evolução da situação pandémica e que fez agudizar essa situação do problema no âmbito da Saúde mental e que chegaram à conclusão de haver um aumento significativo das situações de stress, de depressão, situações de lutos e violência doméstica, bem como, muito de algumas alterações das dinâmicas familiares. Em Vila Nova de Gaia, há basicamente três situações que mereciam preocupação acrescida, como a questão da depressão, abuso de álcool e a demência. Dessa perspetiva, a Câmara Municipal tentou criar o seu próprio plano colaborando com as entidades que trabalham nesse aspeto e fazer o que é possível. Disse desenvolverem um protocolo com a Faculdade de Ciências de Educação e Psicologia na Universidade do Porto que permitia promover, por a questão da literacia em Saúde psicológica e bem-estar da comunidade. Tem em vista a criação de gabinetes de apoio psicológico em parceria com todas as juntas de freguesia. Depois disso definiam a intervenção clara a nível de grupos, um para a infância, adolescência e juventude, workshops sobre saúde mental nas escolas, prevenção e combate ao bulling, um projeto de prevenção do suicídio, projeto inclusão de grupos da vida

social apoiado. O segundo para pais e outros educadores, um grupo desenvolvimento de competências parentais, o laboratório temático sobre a saúde mental. Um terceiro grupo, a terceira idade e os desafios associados. A troca de correspondência entre idosos e adolescentes e ainda um trabalho também ao nível das organizações com a criação de um gabinete de intervenção psicológica para os funcionários da autarquia.

No aspeto mais clínico, a parceria com o hospital, que estava previsto um financiamento de meio milhão para o alargamento do número de camas do hospital, concretamente na área da psiquiatria e felizmente, por intercessão também da Câmara Municipal e da parceria com o hospital, conseguiram duplicar esse valor, ou seja, de momento, temos 1 milhão de euros para a duplicação do número de camas. ----------

Finalmente e na questão da criação das equipas comunitárias. Apesar do interesse da Câmara Municipal, é a direção-geral de saúde que definirá a questão dessas equipas, mas, obviamente, estaremos atentos e se houver essa possibilidade, abraçaremos conjuntamente com o hospital, uma vez que este perdeu um conjunto alargado de técnicos. Dar nota final ainda que relativamente à questão dos cuidados Continuados Integrados de saúde mental, na hasta pública que desenvolveremos, essa é uma das cláusulas obrigatórias que terá de estar incluída no grupo. Disse achar que a Câmara Municipal teve a oportunidade de apresentar e teve um amplo eco ao nível da imprensa. Terminou a sua intervenção agradecendo o contributo que o senhor deputado tem dado também nesta assembleia e que para a câmara também serve de orientação. ---

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS), solicitou à Mesa a possibilidade de dizer as votações quanto ao Voto de Saudação pelo 50º aniversário do PS, a qual foi aprovada pela mesa. Registou com surpresa aquilo que foi a votação de algumas forças políticas no qual disse nada ter nada a opor até porque faria parte da política e da democracia, mas manifestou surpresa com a abstenção perante um aniversário de uma força política democrática. ----------

<u>Ponto 4.</u> Período da Ordem do Dia

<u>4.1. da Ordem de Trabalhos</u> "Discussão e Votação da Proposta Final do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia - Quadriénio 2021-2025". ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, perguntou se algum senhor deputado se quereria inscrever para a discussão do Ponto 4.1. da Ordem de Trabalhos. ----------

Senhor Deputado Jorge Pereira (CH), na sua intervenção colocou a questão sobre as transmissões em direto e em diferido da Assembleia Municipal, e se as mesmas dependiam da aprovação do regulamento Assembleia da República. ----------

Senhor Deputado José Sousa (CDS-PP), disse que iria votar favoravelmente apesar de alguma dúvida, mas que se não tivessem os artigos 60º e 61º redigidas como estão votaria contra o Regimento. ----------

Senhora Deputada Paula Baptista (CDU), começou por dizer que se absteve no Voto de Louvor do PS, mas se tivesse sido um Voto de Saudação votaria a favor. ----------

Em relação ao Regimento, propôs que face ao acontecido se fizesse uma reflexão sobre o regimento por mais uma semana e depois ser votado. Quanto às Declarações de Voto, disse que o regimento atual refere três minutos orais para se fazer a Declaração de Voto. ----------

Terminou dizendo que se podia adiar a votação do regimento e passaria para a sessão seguinte. ----------

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD), referiu não haver motivo adiar por uma semana até porque não via ganhos de causa. Disse achar importante a votação até porque ainda não tinha sido aprovado o regimento nesta legislatura. Sobre o Regimento, realçou o espírito de colaboração que existiu entre os vários grupos e a forma cordata como o foi desenvolvido e melhorar o regimento para o bom funcionamento dessa Assembleia Municipal. Disse que o seu sentido de voto seria contra, apenas pela questão do grupo dos presidentes de junta e o que se tem são dois grupos municipais do PS. Nessa ordem de ideia, nas próximas eleições e sendo 24 freguesias, podemos ter 3, 7, 10 ou 21 grupos municipais, podendo mesmo cairmos no ridículo com tantos grupos municipais. Referiu ter sugerido que a Mesa consultasse pareceres de alguns organismos, até porque a Lei não era clara nesse ponto. Se a-sugestão não fosse aceite, votariam contra. ---

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS), reconheceu o contributo e o trabalho de todos. O Partido Socialista teve sempre uma abertura para tentar acolher aquilo que ia de encontro às suas propostas, mas foi um trabalho que valoriza todos e valoriza também a assembleia, portanto, também se congratulavam com isso, e podiam trabalhar melhor e melhorar também o exercício da democracia com aquele regimento. ----------

Relativamente à questão apresentada pelo PSD, estavam em desacordo, quer pela forma como era exposto porque estavam eleitos todos. Os presidentes de junta têm um papel diferente daquele que é a dos deputados e cada grupo municipal e cada partido tem a liberdade de se organizar, como bem entender e respeitamos isso. Nesse sentido é uma questão de organização e de funcionamento que prezamos, a autonomia e a valorização do trabalho dos senhores presidentes de junta e é nesse reconhecimento que mantinham a proposta. ----------

Relativamente à proposta da CDU, a intenção era votar o regimento e propor que seja votado, porque parece que não haverá ganhos de causa em adiar esta votação. ----------

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD), manifestou que no início da sua intervenção disse não ser intenção do PSD, meter-se na organização dos grupos municipais, mas que não fazia sentido a criação dos grupos municipais. ----------

Senhor Deputado José Sousa (CDS-PP), referiu que na sua opinião, não deveria de haver o grupo municipal dos presidentes de junta, no entanto e após consulta da Lei, constatou que os presidentes de junta eleitos pelo mesmo partido, podem se quiserem, organizar-se como grupo municipal independente. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu nota que o que regia era a Lei 75/2013 de 12 de setembro e que naturalmente revogou outras leis do poder local. Disse que nunca, o chamado grupo municipal dos presidentes de junta exerceu nenhuma das prerrogativas que se fosse grupo municipal, poderia exercer. Tal como nunca o fizeram a IL, o PAN, o CH, porque foi entendido na conferência de líderes que eram equiparados a grupos municipais para efeitos de direito de participação nas conferências de líderes e de organização dos trabalhos naquela assembleia. Há uma Lei habilitante que nos rege a todos desde 2013 que é a lei 75/2013 e o regime jurídico das autarquias locais. Entendeu que essa era uma discussão que não fazia sentido, politicamente compreendeu que o PSD vote contra, porque a política é isso mesmo. É a afirmação daquilo em que se acredita mesmo que, às vezes se acredite em coisas que não são eloquentes no exercício político. A propósito do tempo que a CDU pediu não é problema nenhum e referiu-o no início da Assembleia. A autonomia das assembleias permite que em cada momento ajustemos à nossa realidade como queremos deliberar e essa é uma matéria de princípio, é um direito que permitida pela lei a deliberarmos como queremos decidir, como queremos deliberar, temos tempo, podemos votar este regimento e aperfeiçoá-lo num balanço que há-de ser feito da experiência que já aqui existiu. Referiu que cabia aos senhores deputados a decisão, que o ponto estava para discussão e votação e como tal estava terminada. ----------

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS), disse ter de responder à interpolação do senhor deputado, dizendo que este regimento termina no final deste mandato e que no início do próximo se podia ajustar todas as questões pelo que achou que o documento devia ser aprovado na atual sessão. ----------

Senhora Deputada Paula Baptista (CDU), começou por dizer que a CDU iria votar contra o regimento até pela falta de equidade nos tempos e que da forma que estará distribuída é desigual e como tal não iria acompanhar a votação do regimento. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu nota que à senhora deputada Paula Baptista que não terá sido o regimento anterior que ainda estaria em vigor que terá impedido a senhora deputada de levar as suas intervenções até ao fim. Senhoras e senhores deputados, o regimento vai ter de ser modificado

provavelmente já em setembro, se a Assembleia da República aprovar como lá está, o projeto para a transmissão direta. A Assembleia Municipal de Gaia, os membros que a compõem e, nomeadamente a maioria tem tudo preparado para o fazer. Não temos é lei habilitante e temos esta mania democrática de gostar de cumprir a legalidade. Se alguém acha que podemos ir além disso, esteja à vontade. Esta mesa não está, enquanto a legalidade não estiver assegurada, não há nenhuma pressa, e na reunião de líderes foi requerido que se estabilizasse o regimento que conseguimos consolidar, é isso que está nesta sessão para ser votado. Vamos votar. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs a votação o Ponto 4.1. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH, 01 do PAN e 01 do IL) e 07 votos contra (05 do PSD e 02 da CDU). ----------

4.2. da Ordem de Trabalhos **"Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Concurso Público Internacional "Aquisição de Serviços Combinados de Vigilância e Segurança Humana e de Videovigilância para o Município de Vila Nova de Gaia – Repartição dos Encargos Plurianuais na Rubrica 2004|A| 9, da seguinte forma:** ----------

•Ano 2023 - € 437.500,00 (quatrocentos e trinta e sete mil e quinhentos euros) S/IVA, ----------

•Ano 2024 – € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros) S/IVA, ----------

•Ano 2025 - € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros) S/IVA, ----------

•Ano 2026 - € 1.062.500,00 (um milhão, sessenta e dois mil e quinhentos euros) S/IVA". ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Patrocínio Azevedo, apenas deu nota que a assembleia apenas estará a votar a repartição dos encargos de € 4.500.000, despesas correntes para a segurança. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.2. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH, 01 do PAN e 01 do IL) e 02 abstenções do CDS-PP. ----------

4.3. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Prestação de Contas relativo ao ano 2022, nos termos da alínea j), do nº 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro". ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Patrocínio Azevedo, deixou claro que esse seria um ponto importante para análise e que o documento seria composto em duas partes, o relatório de atividade e o relatório de contas. Começou por dizer que este seria um relatório de atividade diferente dos anos anteriores porque a maior parte dos assuntos, dossiers e sobretudo trabalho autárquico feito no executivo de uma câmara municipal com a dimensão de Gaia, não começa e acaba no mesmo ano. Referiu que se decidir fazer uma piscina ou pavilhão, só passados quatro anos é que seria inaugurado, porque há muito trabalho e sobretudo muito investimento quer dos meios técnicos quer das suas horas, enquanto membros do executivo. Deixou várias notas, como os grandes investimentos que têm merecido a sua preocupação, como o alargamento e melhoria da linha do Norte, a requalificação da Ponde Luís I, o TGV, a estação de Santo Ovídeo, oportunidade essa criada pelo TGV e requalificação de toda a envolvente de a EN222 até ao nó de Santo Ovídeo. A linha amarela, a linha RUBI, a inserção da linha RUBI na VL8. A Ponte António Francisco dos Santos, em que houve trabalho, pagaram os estudos, fizeram concurso, e felizmente o TGV vai permitir fazer a ponte, sem gastar dinheiro do município. O Hospital de Gaia e a aposta na saúde no hospital de Gaia está no orçamento, temos uma transferência de um milhão e meio no ano 2022. A obra de requalificação que permitirá acomodar o metro Bus, já com o processo pronto, para concurso de especialidades, mas até para lançar o concurso especialidades tem muitas horas técnicas quer jurídicas, quer engenharia, arquitetura, para lançar o concurso de um projeto que irá custar mais ou menos 700.000 euros para estender do Metrobus até Avintes. O Metrobus na VL3. A rotunda de Santo Ovídeo que não está no relatório de contas, mas tem trabalho e trabalho técnico. Os acessos da feiteira que, finalmente conseguimos aprovar a ligação Norte Sul e Sul-Norte, que vai permitir desbloquear o problema do trânsito e o caos que há, neste momento. A estrada da rainha, a requalificação da rede viária, a partir de 1 de setembro, vão poder ver os autocarros a circular com uma nova imagem e um único concessionário em Gaia e com uma nova designação "UNIR". Unir os locais, as pessoas e também que seja um motivo de unir os senhores deputados, unir aquela assembleia, naquele que é um projeto revolucionário do ponto de vista da mobilidade. Não podemos ter apenas o passe único, temos também de ter meios para as pessoas poderem circular com

qualidade. A comparticipação dos STCP quando adquiriram parte do capital social da STCP, também foi uma prioridade, foi um investimento nas pessoas. Os passes únicos que é interpretado como uma despesa corrente é sobretudo uma despesa de investimento nas pessoas, porque contámos possibilitar que os jovens tenham passes, estamos a possibilitar o acesso à escola, aos meios culturais desportivos, mas, sobretudo a qualidade de vida. A habitação tem sido uma prioridade, não construímos ainda, mas já pagámos muito PER. A requalificação do parque habitacional, destacando a quinta dos castelos, a requalificação de todos os equipamentos municipais na área da habitação na envolvente e, sobretudo, na eficiência energética permitindo que as próprias pessoas, as famílias, poupem dinheiro. Muito destas despesas são correntes, mas é sobretudo corrente na vida das pessoas, tal como o passe único. Adquiriram um conjunto de habitações, tudo aquilo que havia no mercado, lançando concursos, adquirindo, que lhes foi oferecido. Fizeram 2 hastas públicas para comprar bens futuros. Um programa de arrendamento municipal, que foi inovador e pioneiro a nível nacional e é despesa corrente, mas é um investimento nas pessoas. O realojamento das famílias de etnia cigana, que ao fim de um concurso longo, ficou deserto. A requalificação do parque escolar, daquelas que são as nossas escolas e somos responsáveis desde sempre. Fizeram um investimento em apenas uma escola primária de 600.000 euros. Estavam prontos para lançar o concurso da requalificação da Escola EB2/3 de Oliveira do Douro, da Escola Secundária dos Carvalhos, mas estava também na calha a Escola Júlio Dinis e a Escola Diogo Macedo. A requalificação pavilhões desportivos escolares, como o caso de Lavadores e Madalena. O Gaia Aprende + e Gaia Aprende +(i), são despesas correntes, mas não abdicavam delas. Conseguiram um financiamento de 20 milhões de euros para comunidades desfavorecidas, sem impacto nas contas atuais, terá impacto nas contas de 2023, 2024, 2025. A escola de Ciência Viva que mais uma vez foi um projeto pioneiro. O Hospital de Gaia, será uma grande realidade até ao final deste mandato. O Centro de saúde dos Carvalhos, está pronto a começar a obra, esperavam o visto do Tribunal de Contas. O centro de saúde da Afurada, Centro Saúde de Oliveira do Douro, Centro de Saúde de Grijó, já assinado o contrato, já foi a reunião de câmara, já temos financiamento. O plano de saúde mental, que falaram há pouco foi lançado um concurso por 1€ para a venda de um terreno, que foi vendido 1 milhão 200 mil euros e o que vai acontecer, é uma unidade de cuidados continuados com 220 camas. Em breve, teremos em Gaia 500 camas em unidades de cuidados continuados. ----------

A Ação Social é para nós inquestionável. É inquestionável o apoio às IPSS, é inquestionável o apoio a todas as entidades e instituições que os trabalham nesta área, mas também é inquestionável o apoio ao financiamento. As creches de Arcozelo, das matas em Santa Marinha, a creche de Grijó, a creche da Afurada e a creche da seara em Oliveira do Douro. O apoio às IPSS e às instituições, 2,6 milhões de euros do Covid, estão no relatório de contas, o apoio às IPSS para despesas correntes 2,4 milhões, estão no relatório de contas. Conquistamos em 2022, aquele que é o maior investimento na área social em Gaia. Conquistamos com as nossas IPSS, com o nosso apoio técnico, com a nossa influência política, mas sobretudo com a nossa

dedicação, 514 novas respostas sociais. Irá começar em breve, os Bombeiros Voluntários de Valadares uma obra de 5 milhões de euros que tem o apoio de 2 milhões e que terá um apoio municipal de outros 2 milhões. Temos a Associação casa dos professores e educadores de Gaia. Temos o centro social Paroquial de Vilar de Andorinho a Fundação padre Luís, o centro social de Vilar do Paraíso, estamos à espera do visto do Tribunal de Contas para começar a obra. ----------

Equipamentos desportivos, o pavilhão de Santa Marinha, o pavilhão de Vilar do Paraíso está na fase final do concurso, o pavilhão multiusos, o pavilhão de Sandim, Olival, Lever e Crestuma em 2022 este parou em julho de 2021, mas em 2022 tivemos de refazer o projeto, tivemos de dispensar horas e horas e horas infinitas de apoio jurídico para tomarmos conta da obra e voltar a lançar um concurso, infelizmente, com mais de 300.000 euros em cima. O pavilhão de São Félix da Marinha está neste momento, concluído, em 2022 adquirimos o terreno, em 2022 adjudicamos projetos e neste momento, está pronto para lançar o concurso. O pavilhão de Valadares/ Império de Miramar, o apoio em 2 milhões de euros que está refletido no plano de contas de 2022. O Futebol Clube de Crestuma, o Estádio de Valadares, o estádio do Vila Futebol Clube, este é uma miragem, porque em determinada altura daquele que era um equipamento e um terreno de equipamento desportivo transformaram num terreno de habitação com capacidade de 1.2. Se não tivessem feito esta alteração no PDM na altura, agora, o Vila Futebol Clube não tinha problema. ----------

Os jogos juvenis, está aqui refletido e é uma despesa corrente. O apoio às comissões atletas de formação, pagando as inscrições de todos atletas de formação. O ginásio do Meiral, mais uma obra que complementa a duas coisas, a escola do Meiral e a Associação Recreativa de Canidelo. ----------

Os equipamentos culturais, porque uma cidade não se faz apenas do desporto, mas também da cultura que faz parte do desenvolvimento de uma cidade e sobretudo faz parte do desenvolvimento das pessoas que moram na cidade. ----------

O auditório da Igreja de Santo Ovídeo, está pronto para lançar o concurso. O auditório da Madalena vai em breve para concurso. O Centro de Congressos, o arquiteto Eduardo Souto Moura já é a décima quinta versão que faz, mas vale a pena a espera por cada vez que ele muda fica melhor. O Teatro Almeida e Sousa compramos, pagamos, fizemos os projetos e até fizemos projetos para demolir o que lá estava. ----------

Requalificação dos auditórios de Olival, Oliveira do Douro e Gulpilhares não estavam esquecidos, estavam a terminar especialidades, era mais uma despesa corrente. O Fórum de cidadania de Lever, será uma obra de referência no território. Tem um auditório, tem a sede da banda musical de Lever, uma obra que vai unir e dar coesão territorial aquela freguesia. ----------

Atelier de Soares dos Reis, a casa e jardins da Casa Barbot, uma casa que estava completamente destruída. A reabilitação da sede da Junta de Freguesia de olival foi paga parte de 2021 e parte e paga em 2022. O Fórum de cidadania de Arcozelo está a terminar o concurso. As obras no ISLA para criar condições para os

nossos funcionários, o edifício técnico está em obras, 300.000 euros em despesas correntes. O novo edifício técnico que está nesta ordem de trabalhos e é o ponto 4.7., está para aprovação do projeto, já foi aprovado o contrato de arrendamento, e estavam em condições de avançar com a obra. As novas oficinas municipais em Vilar de Andorinho. A Praceta 25 de Abril, que é uma referência e que será alvo de concurso nas próximas semanas. A requalificação de jardins envolventes à Casa da Presidência. O Adro da Igreja de Canidelo, o Adro da Igreja de Vilar de Andorinho, não sei por que o Presidente da Junta ainda não começou, ou começa em 8 dias ou retiramos o dinheiro. O centro cívico José Candoso em Oliveira do Douro, O Lar do Palheirinho em Avintes. ----------

O parque urbano de São Paio, segunda fase são despesas correntes, está pronto o projeto da autoria do arquiteto Sidónio Pardal. A ampliação do Parque da Lavandeira comprámos e pagamos em 2022, aumentámos em 4.000 m2 daquela área. O cercado dos linces no Parque biológico foi nesse dia, consignada a obra ao fim de 2 anos de projeto. Demorou 2 anos a preparar obra e vai ter o prazo de execução de 4 meses. ----------

A segurança. Aprovámos em reunião de câmara 600.000 euros para o quartel da GNR de Avintes. A GNR dos Carvalhos, está pronto o projeto, está pago. A GNR de Arcozelo, espera financiamento do Ministério da Administração Interna. ----------

Falou sobre o PDM, deixando algumas notas sobre urbanismo, mas, sobretudo o desenvolvimento da cidade. Em 2014/2015 desenvolvemos uma política de reabilitação urbana, fomos mais inteligentes que os outros, interpretamos reabilitação urbana como regeneração urbana que permitiu a construção que já temos, mas não quisemos apenas construção em quantidade, quisemos construção em qualidade e hoje é muito engraçado ao sábado ver no Jornal de Negócios e nas listas especialidades, aquilo que é referência a nível nacional de imobiliário, mas sobretudo a referência Nacional de obras de habitação e sermos nós, sermos Gaia. Tem 2 vantagens, aparecemos no jornal e recebemos IMI e IMT. O PDM está a trabalhar, está a ser desenvolvido. É um processo difícil, porque houve uma alteração de lei. Temos as cartas temáticas todas feitas desde a habitação, à educação, à carta social e à carta investimento, porque uma cidade e um território só se envolve se tiver investimento, indústria, e nós temos alguma para mostrar. A Valadares é uma fábrica e é uma atividade económica graças ao executivo atual e ao senhor presidente da Câmara. A zona industrial de Sandim, alguns criticam que devia ser mais rápido, mas são terrenos privados e teremos de acautelar isso no PDM. Tudo aquilo que forem zonas industriais, serão datadas, serão zonas industriais com um prazo de vigência de 4 ou 5 anos ao fim de 4, 5 anos, os proprietários ou se entendem ou cai aquela classificação e passa a solo rural. A aposta nas atividades económicas passa pela estratégia na INOVAGAIA, não só na transferência de o valor para manter a INOVAGAIA a funcionar, mas, sobretudo na aposta na projeção de novos equipamentos, novos edifícios para captar atividade económica, captar investimento e dar condições aos gaienses para aquilo que querem fazer. ----------

Falando de contas, e se há contas de que se orgulhavam, são as de 2022, graças ao trabalho de toda a equipa liderada pelo senhor Presidente professor Doutor Eduardo Vítor Rodrigues. Temos em 2022 a receita total 230 milhões de euros, a mais alta de sempre, 176 milhões de euros em receita corrente proveniente os impostos diretos desde o IMI e no IMT e a derrama. Mas uma receita corrente de 176 milhões de euros mais 24 milhões do que o ano passado, assente nos impostos diretos com 112 milhões de euros, nas transferências correntes de 59 milhões de euros, na venda de bens e serviços de 3,2 milhões de euros e outras receitas correntes de 1,5 milhões de euros. Temos refletidos nas transferências correntes destes 59 milhões de euros, 17 milhões da descentralização e 3,1 milhões de euros de um fundo social de emergência, mas que é uma receita extraordinária. O IMT está nos 41 milhões de euros, a derrama nos 7,5 milhões de euros, o IUC 9,7 milhões de euros, o IMI em 4,2 as taxas em 5,8 que inclui 1,4 milhões de euros da taxa de cidade que não teve impacto em 2021 por causa do covid, mas tem impacto em 2022 e esperamos tenha impacto em 2023, 2024 e 2025. ----------

Nas vendas bem serviços, tivemos quase mais 800.000 euros que o ano passado. Receitas de capital. 30 milhões de euros provenientes 18,5 milhões de euros de empréstimos. 7,5 milhões de euros de empréstimo para o covid e 9,5 milhões de euros de empréstimos para investimentos que os senhores aprovaram nesta Assembleia Municipal. Transferências de capital de 10 milhões de euros, provenientes 2 milhões de fundos municipais e 8 milhões de fundos comunitários, ou grande parte de fundos comunitários cerca sendo a 6,7 milhões. É preciso uma explicação aos fundos comunitários porque este fundo comunitário tem este impacto agora, mas esta estratégia do PEDU foi apresentada e aprovada em 2017/2018 porque se não tivéssemos feito trabalho em 2017/2018 teríamos menos 7 milhões de euros. ----------

Há quadro comunitário para o metro, está feito, e com a ajuda do Presidente da Metro. Há quadro comunitário para reabilitar edifícios está feito. Há quadro comunitário para reabilitar espaço público, sobre a reabilitação do espaço para edifícios está feito. Temos como outras receitas 23,5 milhões de euros. --------

Os impostos locais, têm uma importância primordial nas receitas correntes são 100 milhões dos 117 milhões, o aumento do IMT, o aumento do valor da derrama, o IMI, o IMT. A receita total mantém a tendência seguido de alguns anos de evolução, atingindo neste ano os 230 milhões de euros. e receita de capital também cresceu atingindo os 30 Milhões. A receita capital, este ano subiu mais 4 milhões que o ano passado "2021". Os rácios, estavam no relatório de contas, o rácio receitas próprias versus receita total 51,52%, demonstração clara do grau de independência financeira do município. Impostos municipais versus receita total 43,52% é o valor mais baixo dos últimos anos. O rácio de receitas próprias correntes VS receitas correntes, 66,23%. -----

A despesa total 193,5 milhões de euros. São 135,5 milhões em despesa corrente e 58 milhões de despesa capital. O ano 2022 há um aumento de despesa corrente, 31,1 milhões de euros. Tivemos aumento de despesas correntes, já falado, na descentralização dos 20 milhões ou 17 Milhões. 17 receita, mas 20 despesa.

Despesas de funcionamento, 100 milhões de euros comparativamente 81,4 o ano passado. Despesa pessoal 60 milhões de euros e não há nada a fazer porque no ano 2022 tivemos 1200 novas entradas, 1038 da descentralização o resto como novos contratos de acordo com aqueles que foram os concursos aprovados naquela reunião. Tiveram a valorização remuneratória que só em 2022 atingiu quase 1 milhão de euros e fez com que o aumentassem as despesas de pessoal. Tiveram para além dos 60 milhões do pessoal, 39,5 quase 40 milhões de aquisição de bens e serviços. Encargos com outros serviços de 11 milhões de euros, instalações 5,4 milhões de euros, vigilância e segurança 2,5 milhões de euros Despesas de funcionamento, 100 milhões de euros. Outros despesas, despesa corrente, não abdicavam de nenhuma. Transferências correntes e subsídios que se enquadravam no grupo das outras despesas que representou 34,2 milhões de euros. São apoio às freguesias, 2,7 milhões de euros, fundo covid para as juntas de freguesia 600.000 euros apoio às festinhas e passeios de 3ª idade em 300.000 euros. Outra rubrica dentro da grande rubrica das outras despesas, são as IPSS. Tiveram o maior pacote de investimento em equipamentos sociais em Gaia, 15 milhões de euros em 2022, 12,8 milhões de euros de apoio às IPSS e às instituições, empresas municipais 9,8 milhões de euros, 3 milhões para GAIURB e 6,6 milhões de euros para aquela que é a limpeza urbana para as águas de Gaia. ----------

Outras transferências dentro das outras despesas, 8 milhões de euros, 2,3 milhões para os agrupamentos no âmbito da descentralização, 700.000 euros para a área metropolitana do Porto para o passe único, 200.000 euros em eventos. Os STCP, 3,9 milhões de euros. Apoio às famílias, 1,7 milhões de euros com o Gaia Cuidador ou o programa de arrendamento municipal. ----------

No que respeita ao investimento. 45,7 milhões de euros, algum direto outro indireto. Direto só temos 36,4 milhões de euros, outros 10 milhões é por transferências, construções diversas 18 milhões de euros, edifícios 10 milhões de euros, instalações desportivas, 2,7 milhões de euros em investimento e não despesas correntes. A habitação nas contas, só este ano 3,5 milhões de euros, depois as transferências de capital, 9,2 milhões de euros mais 3,2 milhões para as juntas de freguesia, 4,5 milhões de euros para as IPSS, como investimento a somar aos 12,8 milhões de euros. O Hospital de Gaia, 1,5 milhões de euros num cheque único ou uma transferência única, prometemos 3, já pagamos 1,5 e, pagamos a segunda vez e mais 1,5 para o heliporto ou para a nova ala. ----------

O nosso limite de endividamento para 2022 é 208 milhões de euros contra 180 em 2019. Do PER que foi feito noutros tempos, custou 60 milhões de euros, pagamos 30, falta pagar 20, vejam quantos os outros pagaram.

A dívida em 2022 é de 93 milhões de euros contra os 103 de 2019, aumentámos o valor da dívida, tivemos um empréstimo para investimento de 9,5 milhões de euros, temos um diferencial, de 115 milhões de euros. O prazo médio de pagamento que depois do exercício fantástico que fizemos durante de cerca de 8 anos, em que reduzimos o prazo médio de pagamento de 1 ano e 45 dias, passámos em 2019 para 36 dias, em 2021

em 34 dias. Fomos depois, massacrados pelo covid, que fomos para os 58 dias, apesar de tudo com covid fomos aos 58 dias. Este ano já estamos em 42 dias. ----------

Terminou dizendo que tivemos um lucro de 1,9 milhões de euros, que não é lucro, mas um resultado positivo de 1,9 milhões de euros. Disse aos senhores deputados que no dia 31/12/2022, a câmara não tinha nenhum pagamento em atraso, portanto, dizer que era com orgulho que apresentava as contas, em que o investimento pode ser contabilisticamente ou na rubrica contabilística uma despesa corrente, mas para o município era uma despesa de investimento. ----------

Senhor Deputado André Araújo (CDU), agradeceu a introdução do senhor Presidente da Câmara em exercício. Falou sobre algumas preocupações, referindo que a conta de gerência é e deverá ser um dos momentos mais altos do debate sobre a vida política do município que reflete a situação socioeconómica do concelho. Disse que as contas de 2022 apresentadas refletiam uma recuperação expectável relativamente aos anos da pandemia onde foram mais presentes como todos compreendem a resposta social que já valorizaram por parte do executivo, por terem ido além da resposta do Estado central e essa recuperação também se sente ao nível de vários setores, ao nível da receita e a alguns índices designadamente, do IMT. Relembrou que 2022 foi um ano de incerteza, apesar dessa expectável recuperação seja do ponto de vista dos efeitos da crise económica social ou do já referido processo de transferência de competências. Por todo esse enquadramento, algumas críticas que eram levantadas em relação de despesas de capital e correntes são desprovidas no entendimento da CDU. Disse que ruinosa, não são despesas correntes como o senhor Presidente descreveu, num conjunto de anos contribuem para a estabilidade dos apoios sociais e melhoramento continuados, serviços como passes, medida de tantos anos de luta e reivindicação da CDU, dos passes intermodais. Ruinoso não são essas despesas correntes e por contraposição outras coisas bem mais ruinosas, que ainda estamos a pagar e que ainda os gaienses vão sofrendo. ----------

A prestação de contas dava razão à CDU no capítulo da fiscalidade nesta posição moderada que é não comprometer o balanço equilibrando as contas municipais. ----------

No capítulo do IRS, quando foi votado já denunciavam que a devolução que o senhor presidente do executivo justificou como um estímulo às classes médias, denunciamos, porque a questão que está colocada na questão da devolução do IRS, é quanto menos classe média são, mais beneficiam. Os agregados com rendimentos baixos, que são a maioria, ficam de fora, quantos maiores rendimentos mais se sente a poupança, uma inversão, consideramos injustificada da justiça fiscal, um envelope financeiro que as contas vieram confirmar de 3 milhões 352 mil euros que poderiam e deveriam ter outra aplicação. Não obstante, a CDU ao longo de vários anos, tem pugnado a sua ação da reivindicação do financiamento adequado poder local democrático que é importante ser discutido, designadamente ao nível da Finanças locais, designadamente pelo balanço e pelo equilíbrio entre as receitas próprias. A CDU tem afirmado que um quadro de aumento da receita cobrada

em impostos diretos aliado ao aumento construção poderia haver um espaço para a redução deste imposto. Não obstante a execução orçamental ter sido em linha com o percurso habitual deste executivo, tanto ao nível das escolhas, como os bons resultados. Quanto aos Biorresíduos, preocupa-nos a sustentabilidade das contas municipais, por entenderem que entre a escolha de um investimento da educação VS rede viária, não é sustentável manter-se esta dicotomia da manta curta, ou porque para dar na saúde ou na educação, tem de deixar de dar na rede viária ou de outras responsabilidades que já existiam. ----------

O senhor Presidente partilha da nossa preocupação sobre a evidente não correspondência dos recursos necessário da transferência de competências? Na ação social, uma questão que nos parece pertinente naquilo que são as IPSS, nesta necessidade de exigir ao Governo a atualização dos acordos em vigor com as IPSS designadamente procura de problemas que não existem, défice viaturas, problemas de tesouraria, os salários trabalhadores que cabem à Segurança Social resolver com as instituições evitando que passem essa responsabilidade dos acertos com as IPSS para as autarquias. Também sobre o acionamento das comissões de acompanhamento da transferência de competências com a presença da Segurança Social garantindo assim o espaço intervenção e esclarecimento também as comissões de acompanhamento nos mesmos moldes da transferência de competências na educação, que podem ter um papel fundamental na exigência na requalificação, na garantia da exigência e do financiamento na saúde. O que é que tem sido debatido na negociação dos termos dos autos, as preocupações são muitas, as necessidades são muitas e, por isso, agradecemos o esclarecimento. ----------

Senhora Deputada Carla Costa (PSD), referiu vários pontos, dizendo que 2022 não correspondeu, de facto, à retoma da normalidade económica, financeira e social. Disse que o resultado não se deveu exclusivamente ao mérito da atual maioria, mas são também fruto e consequência do forte investimento estrutural e das políticas públicas municipais, do clico autárquico anterior, onde foi possível lançar as bases do desenvolvimento económico e social da progressiva atratividade do Concelho. Deu nota que a Câmara Municipal apesar da pandemia e da guerra, arrecadou 100,5 M€ de impostos diretos, praticamente o dobro da receita fiscal de 58,9 M€, de 2013. Mostrou preocupação com as despesas de pessoal, que quase duplicaram no mesmo período, crescendo, sem parar dos 33 M€ para 59,8 M€, em 2022. A preocupação do impacto negativo da Descentralização nas contas municipais que, com uma conta-corrente agravada a favor do Estado, com encargos permanentes para o Município. Na área da Educação, 8,5 M€, por ano, para recrutamento de mais recursos humanos, 2,3 M€ para despesas de funcionamento das escolas. Na área da Ação Social um déficit anual de quase 2M€, quando o Orçamento de Estado só prevê um reforço de Fundo de Financiamento da Descentralização em 4,4 M€. Preocupava-os as despesas de funcionamento que atingiram os 100,5 M€, enquanto o investimento não passou dos 45,7 M€. Preocupava-os que as despesas de funcionamento, registassem um aumento de mais 19,1 M€ e um agravamento de 23,47%, relativamente a 2021 e que tenham consumido toda a receitai fiscal de 2022. Preocupava-os finalmente que a gestão

municipal esteja mais orientada por uma opção mais assistencialista, através de comparticipações financeiras e de apoios sociais, que também são necessários, com claro prejuízo do investimento e de projetos de valor acrescentado. . Preocupava-os que a Câmara, em muitos casos, e mesmo no presente Relatório, se fique, ano após ano, pelos anúncios, de que há muitos exemplos. O parque tecnológico da Madalena, anunciado como um investimento de 700 M€ e a criação de 15.000 postos de trabalho qualificados, que acabou antes de começar. O Centro de Congressos, anunciado em 2021 como um bem futuro que irão oferecer daqui a 25 anos. O Metrobus da VL3, que ainda é uma intenção, a VL1, que liga a baía de Sampaio, em Canidelo e a rotunda das Devesas, em Santa Marinha, que está em estudo. A requalificação das Escolas Secundárias de Oliveira do Douro, de Júlio Dinis, dos Carvalhos e Diogo de Macedo, a reabilitação os Centros de Saúde Afurada, Grijó e Oliveira do Douro, com avisos publicados no PRR, os de Canidelo e Lever, em estudos e projeto, o Pavilhão Multiusos, os pavilhões de Vilar do Paraíso, de Olival e de S. Félix, em projeto ou em concurso, o estádio do Vilanovense, que não passa ainda de uma ideia, o Teatro Almeida e Sousa, em Avintes, em concurso, a requalificação dos Auditórios de Lever, Olival e Gulpilhares, inscritos em plano há pelo menos 3 anos, o novo edifício técnico dos serviços municipais e o Tanatório Municipal, em Canelas, para lançar concurso ou a requalificação da Praceta 25 de Abril, do Largo do Senhor dos Aflitos, em Valadares e da envolvente da Igreja de Mafamude, ainda sem concurso. Tinham esperança, que os recentes anúncios sobre a construção de um novo edifício no denominado Centro Tecnológico de S. Félix da Marinha, a cedência da Casa dos Ferradores, se concretizem e possam acompanhar aquela prioridade, que será estrutural e estratégica para o Município. Finalmente, antecipando uma pergunta injusta "onde cortavam?", que tantas vezes lhes era dirigida, para argumentarem as críticas legítimas que suscitavam, mesmo sabendo, de antemão, que não tinham responsabilidades de gestão, acesso a todas as informações ou aos números reais de disponibilidade financeira, para além das diferenças na prioridade e no valor de alguns investimentos, como o pavilhão de Vilar do Paraíso ou o Pavilhão Multiusos, sugerir que, para o efeito, se pondere a reafectação dos 35M€, da D. António Francisco dos Santos, cujos encargos provavelmente serão assumidos pela IP, a aplicação do aumento significativo da receita fiscal, previsto o Orçamento para 2023, na ordem dos 11,5 M€ e uma negociação dura para, no âmbito da Comissão de Acompanhamento da Descentralização, possamos ser ressarcidos dos mais de 12M€, que já adiantamos por conta do Estado. Terminou dizendo que o PSD, votará contra o documento em apreciação. (vide anexo nº10) ----------

Senhor Deputado Carlos Vergueiro (PS), na sua intervenção referindo a forma como foi gerido pelo PSD no ciclo autárquico anterior. Disse não haver aspetos positivos no ciclo autárquico anterior, com uma gestão ruinosa, a gestão de recursos humanos com interesses, com o elevado contencioso e pela forma como criminosa não fizeram os devidos aprovisionamentos às questões de contencioso que eram altamente prováveis que fossem acontecer e vieram a acontecer. No início deste novo ciclo, o relatório do Tribunal de Contas que foi muito claro naquelas conclusões que evidenciaram, esse relatório existe está publicado,

porque foi escrito pelo Tribunal de Contas. O primeiro mandato, todos os senhores presidentes de junta tinham determinados sonhos e ambições e tiveram de aguentar firmes para que a câmara conseguisse por via de um novo modelo de gestão, contribuir para que as contas ficassem equilibradas e conseguisse dar o apoio devido. Continuou dizendo que apesar de todas as explicações que são dadas ao PSD sobre as despesas com pessoal, não se percebe sendo verdadeiramente enigmática. A questão do pessoal e o custo de pessoal começou por via do PSD que é o primeiro responsável pelo aumento neste novo ciclo autárquico tendo começado com a internalização das pessoas da Gaianima e do Parque biológico elevando os custos. Tivemos de meter pessoas por via da gestão ruinosa. Tivemos também a descentralização, que acrescentou mais 1040 pessoas. Questionou se o PSD não queria que o custo de pessoal aumentasse, como fariam para não aumentar? Se cortariam os salários, se despediam os técnicos, se baixavam o número de pessoas que estão ao serviço? ----------

Perguntou, onde o município falhou na construção de projetos, para que não pudessem ter obtido candidaturas a esses programas? Que programas permitiam a construção de rodovias a que esta câmara falhou? ----------

Terminou, dizendo que o PSD não tinha ideias para a cidade, para o território não podiam dizer que as coisas não estavam bem feitas. ----------

Senhora Deputada Carla Costa (PSD), respondeu ao senhor deputado que a gestão ruinosa foi a que proporcionou ao atual executivo arrecadar a receita em IMI e IMT. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, após ter gerado algum burburinho, solicitou alguma acalmia e tranquilidade na sala por forma a continuar-se os trabalhos. ----------

Senhora Deputada Carla Costa (PSD), continuou referindo que no tempo do Dr. Meneses, ele mandou construir estradas, saneamento e todas as infraestruturas que não estavam feitas de governos socialistas e que foi o que permitiu Gaia ser o que é. O saneamento em Gaia, era muito raro, e mesmo em alguns locais não tinha saneamento. Teve dívida, mas também obra feita e veremos se este executivo em 2024 sai sem dívida. Terminou ao dizer que as VL custam muitos milhões, mas são vias estruturantes e fundamentais para o município e para virem as empresas para cá. Resumindo, as suas contas seriam outras, pura e simplesmente. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Patrocínio Azevedo, começou por dizer que em 2022 baixaram as despesas com o pessoal e que apesar de contratarem 1035 funcionários, mais 208, a diferença entre 2022 e 2021 foram 13,7 milhões de euros. Afirmou não ter dito que não se podia reduzir, mas que não despediam, não podiam baixar o ordenado e as atualizações remuneratórios. ----------

Disse ter 58 milhões de despesas de capital em 2022 e que em 2019 foi de 46 milhões de euros com a agravante de terem 284 milhões de dívida. Em 2013 tiveram 61 milhões de euros de investimento, tinha menos receita, mas também não tínhamos esta dívida, 196 milhões em 2013. Deu nota que até ao executivo atual chegar não se aplicava a lei dos compromissos, apesar de haver lei para os compromissos. O que a Lei dos compromissos faz é que não podermos lançar obras nem projetos. ----------

Para terminar, disse ser o melhor relatório de contas de sempre. E que o PS até à data, nunca apresentou uma obra municipal que tivesse ficado por fazer. ----------

Quanto à CDU, agradeceu as palavras e deu nota que a preocupação quanto à descentralização, a Câmara teve um prejuízo de quatro milhões com a descentralização da Educação e 2 milhões com a descentralização com a ação social. Disse estarem a negociar para tentar o equilíbrio, no entanto, referiu que será difícil por ser gerido pelo Estado Central e que estão preocupados com a descentralização, mas que levará a bom porto. Na saúde disse estar também a negociar, mas não sabe o impacto financeiro, não sabe quando irão assumir com a descentralização. ----------

Para terminar, deixou uma palavra sobre as IPSS que é apoiá-las na construção dos equipamentos sociais. O que os preocupava nas IPSS era que o Estado obriga a aumentar o ordenado, põe creche gratuita e bem, mas nalgumas IPSS faz perder receita, o aumento dos salários faz aumentar a despesa. Estão a asfixiar, a esmagar as IPSS. Referiu que os 2,4 milhões de euros que estão no relatório de contas do efeito COVID, há 2 rubricas, uma do fundo covid e um do fundo covid especial que permitiu pagar o subsídio de Natal porque senão, muitas IPSS não iam pagar o subsídio de Natal. E tende a agravar, com o aumento dos combustíveis, o aumento das pessoas, o aumento gás e a energia em algumas IPSS, duplicou, isto é aterrador. ----------

Só para terminar, aquele que foi um dos grandes investimentos também ficaram como dívida. O PER custou a Gaia 69.986 milhões de euros. De 2013 a 2022, pagámos 26.385 milhões euros e falta pagar mais 21 milhões de euros. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.3. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 42 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 01 do PAN e 01 do IL), 07 votos contra (05 do PSD e 02 do CDS-PP) e 05 abstenções (02 do BE, 02 da CDU e 01 do CH). ----------

4.4. da Ordem de Trabalhos "Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Vila Nova de Gaia e respetiva avaliação relativos ao ano 2022, nos termos da na alínea j) do nº 1, do artigo nº 35 e da alínea l), do nº 2, do artigo nº 25, do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu como apreciado o Ponto 4.4. ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo (vide anexo nº11). ----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 01 hora e 42 minutos do dia vinte e um de abril do ano de dois mil e vinte e três, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. ----------

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

ANEXO I

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 1

JARDIM SOARES DOS REIS

SUGESTÕES PARA ALTERAR SEGUNDO O

EDITORAL DO

Senhor Doutor Eduardo Vítor Rodrigues

Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

UMA CIDADE QUE RESPONDE AOS PROBLEMAS DAS PESSOAS

"Uma cidade sustentável è uma cidade tecnológica inteligente"

"Mas uma cidade tecnológica inteligente, quando tem de assumir opções entre as pedras e as pessoas, opta pelas pessoas. E só podemos optar pelas pedras quando elas estiverem ao serviço das pessoas".
"Queremos uma cidade onde dê gosto viver."

" Que as pessoas se orgulhem do sítio onde vivem"

".APROVEITANDO AS SUGESTÕES DO SENHOR PPRESIDENTE DA CÂMARA", proponho:

respeitem a vontade dos utentes.

CRIAR TRÊS CAMINHOS EM LINHAS RETAS:

UM – PASSADEIRA DA RAZA - VISCONDE DAS DEVEZAS;

DOIS – PASSADEIRA DA RAZA- MARQUÊS SÁ DA BANDEIRA;

TRÊS- PASSADEIRA D. PEDRO V - VISCONDE DAS DEVEZAS.

O jardim Soares dos Reis, zona histórica de Vila Nova de Gaia, tem sofrido alterações, que não se coadunam com o monumento lá instalado "ESCULTOR SOARES DO REIS.

Gastaram tanto dinheiro em plantas, arbustos, relva, percursos com pavimentos como calçada de Lisboa, degraus irregulares de cimento, passagens sem destino, obrigando a passar por sítios, onde se divertem crianças e matolões jogando a bola, estragando a relva, lindas flore e, arbustos.

Transformaram-no em labirintos que criam dificuldades aos poucos passantes e residentes das imediações.

Grande parte dos utilizadores são de idade avançada, com necessidades de bengalas, moletas, cadeiras de rodas, carrinhos de crianças, carrinhos de compras, malas com ou sem rodas, pelos acessos sem destinopavimentadas com materiai se formas inadequados, que não podem ser utilizados por CRIANÇAS, IDOSOS e INVISUAIS.

SÓ ACOMPANHADOS podem utilizar o jardim.

Muitos tentaram marcar caminhos por cima da relva atravessando os existentes, sendo contrariados.

O trajeto adotado quando carregados, são os passeios EXTERIORES a NASCENTE bastante largo e a SUL bastante estreito junto aos muros que restam do inicio do jardim com materiais eperfil da época.

Embora o piso não seja o mais aconselhado é melhor que as variedades dos labirintes alheios ao MONUMENTO AO ESCULTOR SOARES DOS REIS.

MAFAMUDE – VILA NOVA DE GAIA

Joaquim da Silva Gomes (janeiro 2023)

20/04/2023



JARDIM SOARES DOS REIS - ACESSOS

Pela Avenida Infante D. Henrique, sentido Sul Norte com um sinal de peões pouco visível e passadeiras pouco visíveis terminando com outra e um SEMAFORO antes de virar para a AVENIDA NUNO ALVARES, QUE DESVIA O OLHAR DAS PASSADEIRAS , tornando o trajeto perigoso.

Felizmente nos semáforos os PEÕES podem parar o transito.

O mesmo acontece na ANENIDA NUNO ALVARES, com DUAS FACHAS até à entrada da ESCOLA ANTONIO SÉRGIO com SEMAFORO E PASSADEIRA.

Até à entrada do PARQUE DE ESTACIONAMENTO entre a ESCOLA e o JARDIM, o passeio é estreito e a AVENIDA com DUAS FACHAS passando a TRÊS, no LARGO SOARES DOS REIS, terminando com outra PASSADEIRA e UM SEMAFORO antes, da RUA SOARES DOS REIS.

A FACHA da direita para o BUS e VEICULOS para A RUA DA RAZA, continuando o BUS para SANTO OVIDIO ou D. PEDRO V.

A FACHA do meio para RUA D. PEDRO V.

A FACHA esquerdo para MARQUÊS DE SÁ DA BANDEIRA.

NESTA DISTÂNCIA há TRÊS ratoeiras:

Após a Escola, a passagem para a FACHA esquerda;

A PASSADEIRA antes da Rua da RAZA;

O SEMÁFORO do fundo passa A verde ao mesmo tempo que o dos PEÕES na PASSADEIRA de MARQUÊS SÁ DA BANDEIRA.

Para atravessar o JARDIM SOARES DOS REIS proponho TRÊS CAMINHOS EM LINHA RETA:

UM –PASSADEIRA DA RAZA - VISCONDE DAS DEVEZAS;

DOIS - PASSADEIRA DA RAZA - MARQUÊS SÁ DA BANDEIRA;

TRÊS RUA SOARES DOS REIS- VISCONDE DAS DEVEZAS.

Os pavimentos destes Três caminhos devem ser em GRANITO: Principal material do GRANDE PORTO, VILA NOVA DE GAIA em

LAGES quadradas, retangulares, irregulares:

PARALELOS, CUBOS, MICROCUBOS. PLACAS COSTANEIRAS PARTIDAS NO LOCAL COM FORMAS IRREGULARES juntas pouco abertas ou ligeiramentee abertas, tomadas á cor ou de cor diferentes para marcar as dimensões e forma das peças.

Deixava ficar praticamente tudo que lá se encontra para zonas de lazer acrescentandomais alguns bancos e mesas.

MAFAMUDE – VILA NOVA DE GAIA

Joaquim da Silva Gomes (janeiro 2023)

20/04/2023

EXMOS SENHORES

Há 57 anos que vivo num 3º andar do conjunto de edifícios RUA GIL EANES, a poente NA ÉPOCA com vista para o MAR- e AVENIDA NUNO ALVARES, a norte com frente para o JARDIM SOARES DOS REIS (com o MONUMENTO AO ESCULTOR SOARES DOS REIS).

AS FACHADAS NÃO PODEM SER ALTERADAS POR SER ZONA AFETA AO MMONUMENTO.

Com uma PRACETA onde os filhos e netos dos RESIDENTES brincaram aprendendo a JOGAR A BOLA, ANDAR DE TRICICLO, BICICLETA, PATINS, SKATS, com proteção de familiares e vizinhos sentados nos belíssimos bancos em granito.

Noites tranquilas com janelas e persianas abertas ou fechadas, até trocarem os candeeiros com altura do R/C, por outros mais altos com 3 lâmpadas cada, que projetam LUZ para os edifícios-janelas- tirando a privacidade.

A praceta com guias, bancos, colunas, pavimento da galeria e separadores do pavimento em granito maciço e o PAVIMENTO EM CALÇADA DE LISBOA. Calcareo crene, sujo que parece BASALTO.

A norte FACHADAS voltadas para o jardim bonito e pratico na época.

Atualmente o jardim parece um labirinto -BOM PARA DESCANSAR E PARAS AS CRIANÇAS BRINCAR, MAS HORRIVEL COM OS SEUS CAMINHOS COM OS PAVIMENTOS EM DIFERENTES MATERIAIS, CRIANDO MUITAS DIFICULDADDES A QUEM PRECISA DE O ATRAVESSAR DE MÃOS VASIAS.

COM CARGAS OU CARRINHOS DE COMPRAS, NEM FALAR...SÓ VISTO...

A VISTA PARA O MAR FOI TAPADA COM CONSTRUÇÕES COMO O CONTINENTE ,O HOSPITAL PRIVADO DE GAIA E OUTROS EDIFICIOS.

RECENTEMENTE NA PRACETA EM FRENTE AO MEU PRÉDIO, COLOCARAM UMAS ESTRUTURAS E COBERTURAS METALICAS, UNS BANCOSE CAIXOTES PINTADOS DE VERMELHO, PARECENDO DE CIMA BARRACAS.

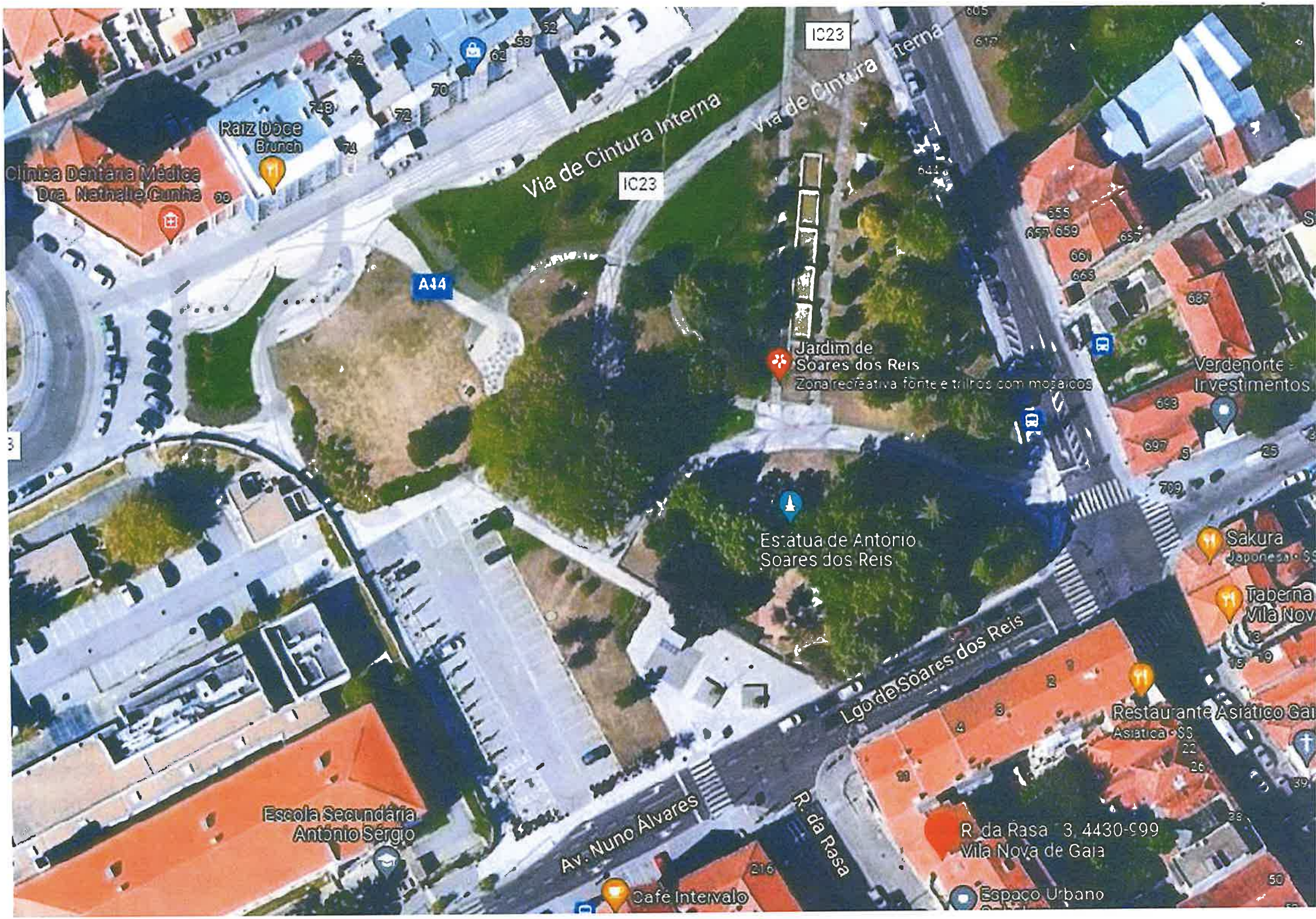
, ONDE É PORQUE RAZÃO VIERAM COLOCAR BAMCOS E ESTRURAS METALICAS? TRABALHOS (TIPO IKEA), NUMA ZONA AFETA AO MONUMENTO AO ESCULTOR SOARES DOS REIS E PROIBIDO ALTERAR UM CORRIMÃO DUMA VARANDA.

O PAÍS ´PARECE RICO, MAS QUEM PAGA?....

Joaquim da Silva Gomes

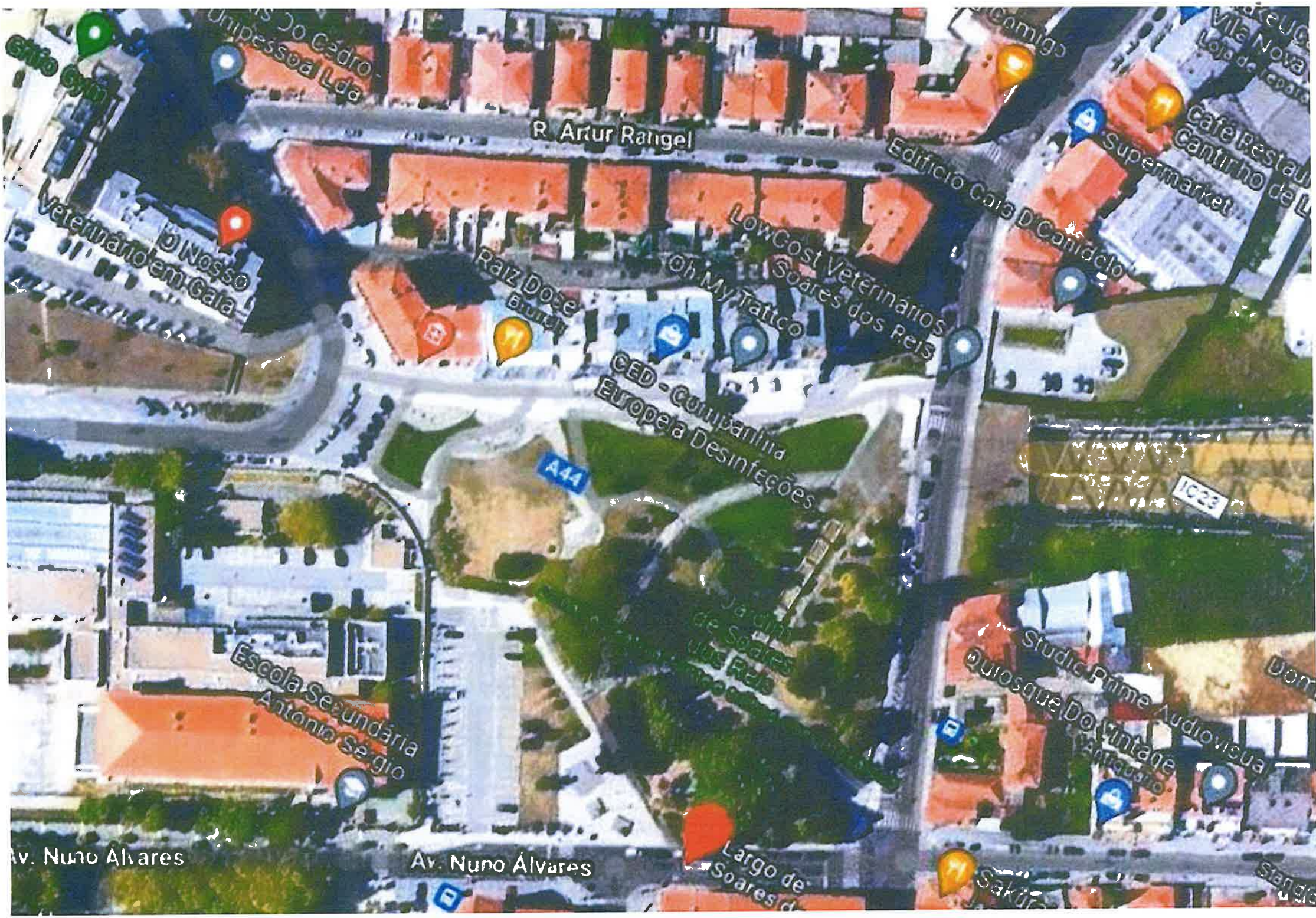
20/04/2023


Jardim de Soares dos Reis
Lgo de Soares dos Reis
Av. Nuno Álvares
Café Intervalo
Sakurar
Restaurante Asiático
Raiz Doce
A44
Escola Secundária António Sérgio
Google Earth
30 m


IC23
Via de Cintura Interna
Via de Cintura Interna
IC23
A44
Raiz Doce Brunch
Clínica Dentária Médica Dra. Nathalie Cunha
Jardim de Soares dos Reis
Zona recreativa fonte e tijolos com mosaicos
Verdenorte - Investimentos
Estátua de António Soares dos Reis
Sakura
Taberna Vila Nov
Lgo de Soares dos Reis
Restaurante Asiático Gai
Asiática · $$
Escola Secundária António Sérgio
Av. Nuno Álvares
R. da Rasa
R. da Rasa 3, 4430-999 Vila Nova de Gaia
Café Intervalo
Espaço Urbano


Raiz Doce
A44
Escola Secundária António Sérgio
Jardim de Soares dos Reis
Café Intervalo
Lgo de Soares dos Reis
Google Earth
Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO
30 m


Raiz Doce
A44
CED Companhia Europeia Desinfecções
Ca Tattoos Studio
Escola Secundária António Sérgio
Jardim de Soares dos Reis
Café Intervalo
Lgo de Soares dos Reis
Google Earth
Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO
30 m


Ginásio Do Cédro Unipessoal Lda
R. Artur Rangel
Edifício Casa D'Candido
Supermarket
Café Restaurante Cantinho de L
Veterinário em Gala
O Nosso
Raiz Doce
Oh My Tattoo
LowCost Veterinários Soares dos Reis
CED - Cumbanfira Europeia Desinfeções
A44
1023
Escola Secundária António Sérgio
Jardim de Soares dos Reis
Studio Prime Audiovisua
Quiosque Do Vintage
Av. Nuno Álvares
Av. Nuno Álvares
Largo de Soares d
Sakura


IC23
Via de Cintura Interna
Via de Cintura Interna
IC23
A44
IC23
Raiz Doce
Brunch
Clínica Dentária Médica
Dra. Nathalie Cunha
Jardim de
Soares dos Reis
Zona recreativa fonte e trilhos com mosaicos
Estátua de António
Soares dos Reis
Lgo de Soares dos Reis
Av. Nuno Álvares
R. da Rasa
R. da Rasa 13, 4430-999
Vila Nova de Gaia
Escola Secundária
António Sérgio
Café Intervalo
Espaço Urbano
Restaurante Asiático
Asiática · $$
Verdenor
Investime
Sakur
Japone
Tab
Vila

ANEXO II

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 2

VOTO DE SAUDAÇÃO

VIVA O 25 DE ABRIL!

Comemoramos o quadragésimo nono aniversário do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa história coletiva. O vinte e cinco de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram iniciar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à habitação. Terminou-se com a guerra e o colonialismo português. A Constituição da República consagrou as liberdades e os direitos democráticos, sociais e laborais conquistados no processo revolucionário.

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.

Em 2022, a inflação superou recordes de trinta anos e, em 2023, continua a crescer. As recentes notícias de um ligeiro abrandamento apenas confirmam o prolongamento da perda de poder de compra de salários e pensões. Ainda que a ritmo oscilante, os preços continuam a subir e de forma mais pronunciada nos bens alimentares.

A perda de poder de compra, o desemprego e a precariedade laboral são ataques aos direitos de quem trabalha e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. A um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos. A um salário deve corresponder uma vida digna. Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país, privando-a de muitos dos direitos básicos que Abril nos deu.

As discriminações com base no género, na orientação sexual e nas características étnico-raciais perpetuam estereótipos, promovem a desigualdade e limitam o acesso a direitos. A prática destes atos é um obstáculo à democracia e à liberdade individual. O racismo e a xenofobia comprometem os direitos, reduzindo a cidadania daqueles que são percecionados como "outro", debilitando a democracia. A diversidade étnico-racial da sociedade portuguesa deve ser acolhida e respeitada, garantindo a todos os cidadãos nascidos em território nacional a nacionalidade portuguesa.

As políticas de imigração criam inúmeras dificuldades aos imigrantes, que tanto contribuem para o desenvolvimento social e económico do país. Estas dificuldades são muitas vezes potenciadoras de situações de discriminação e desigualdade, colocando-os à margem do tecido social nacional e cerceando a sua participação política, ao não lhes ser permitido, na maior parte dos casos, elegerem e serem eleitos, pedra basilar da democracia representativa que Abril instaurou.

O projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974, alicerçado em políticas de igualdade, liberdade e fraternidade, deve continuar a ser a matriz sobre a qual tecemos a nossa vida coletiva, orientando a implementação de políticas públicas que garantam direitos iguais para todos, não deixando ninguém para trás.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em 20 de abril de 2023, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Evidenciar o 49º aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação;

2. A remessa do teor integral da presente proposta aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Associação 25 de Abril, às Centrais Sindicais.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

João Martins

Beatriz Vieira

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA
Grupo Municipal

VILA NOVA DE GAIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 3

Recomendação

Gaia "veg-friendly" e inclusiva

No próximo sábado, dia 22 de abril, no Dia da Terra, sairá à rua a Marcha Vegan Earth Day. No Porto será às 15h, na Avenida dos Aliados.

Apesar de nem sempre o poder político o reconhecer, a verdade é que há muito que é um dado adquirido para a sociedade civil que a proteção da Terra começa com uma dieta alimentar cada vez mais baseada nos vegetais, daí o facto de os coletivos que estão na base desta marcha terem associado o Dia da Terra ao Veganismo.

Esta gradual perceção da sociedade civil tem obviamente um respaldo científico. Com efeito, as políticas de mitigação das alterações climáticas têm deslocado o seu foco do setor de energia, passando a referir o impacto da produção pecuária: mais de dois terços das emissões de gases de efeito de estufa, por parte da atividade agrícola, são geradas por aquele sector, isto como se pode ler no pormenorizado estudo "O futuro da alimentação e da agricultura - Caminhos alternativos para 2050", apresentado pela FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, em 2018.

De referir, ainda, que 70% da superfície agrícola é destinada à produção pecuária com a consequente degradação dos solos, sendo que esta, a pecuária, é provavelmente, a maior fonte de poluição da água doce. Mais, em traços gerais o consumo de água pela produção intensiva de gado bovino é elevadíssima, sendo que 1 kg de carne (bovina) necessita até 16.000 litros de água doce, 10 a 15 vezes mais que a produção de 1 kg de cereais ou de leguminosas. Estes dados podem ser consultados, a título de exemplo, nos relatórios sobre a nossa pegada hídrica, da Water Footprint Network, criada pela UNESCO, que conta com a

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

colaboração de académicos de todo o mundo. Tem como objetivo informar sobre a forma como consumimos água. Ainda, um estudo realizado pela Associação Zero, em parceria com a Global Footprint Network e com a Universidade de Aveiro, onde precisamente um município da AMP (Vila Nova de Gaia) foi estudado, vem precisamente pôr a tónica da pegada ecológica nos hábitos alimentares e no facto deste aspeto ser também um grande desafio político para os municípios.

Ainda, a Organização Mundial de Saúde (OMS) associou o regular consumo de carnes vermelhas e processadas ao aparecimento do cancro colo-rectal, do pâncreas e da próstata, bem como ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares e da diabetes. No Código Europeu contra o Cancro da Comissão Europeia, que deriva de recomendações da OMS, é indicado como dieta saudável: comer bastantes cereais integrais, leguminosas, vegetais e frutas, limitar os alimentos muito calóricos (com muito açúcar ou gordura), evitar as bebidas açucaradas, as carnes processadas (enchidos, carnes fumadas) e limitar as carnes vermelhas.

No final do ano 2018, o jornal *The Economist* publicou um relatório na sua revista "O Mundo em 2019", onde o jornalista John Parker previu que 2019 seria "o ano do veganismo". A revista cita que 25% da população dos Estados Unidos da América na faixa demográfica de 25 a 34 anos se identifica atualmente como veganos ou vegetarianos. Já no Reino Unido o caso é semelhante, onde o número de vegetarianos/veganos terá aumentado em 700% nos últimos dois anos. Em Portugal, no espaço de 10 anos, o número de vegetarianos em Portugal quadruplicou e, de acordo com um estudo da consultora Nielsen, serão hoje 120 mil, que correspondem a 1,2% da população. Estes dados e a procura já se refletem no mercado, uma vez que grandes empresas produtoras de carne, começaram a investir na produção de carne à base de vegetais. "Se as carnes baseadas em vegetais começarem a ganhar em popularidade, podem tornar-se numa tecnologia transformadora, melhorando a dieta

ocidental, reduzindo a pegada ecológica, e talvez até reduzindo o custo dos alimentos nos países subdesenvolvidos ou mais pobres", concluiu o jornalista Parker.

No Orçamento de 2023 da Câmara Municipal de Gaia estão previstas algumas medidas que promovem a dieta à base de plantas, como por exemplo, no âmbito de Gaia Educadora, o "empenho contínuo na melhoria da qualidade das refeições escolares" onde "importa reforçar a inclusão de dias com refeições vegetarianas"; "continuar a assegurar os pequenos-almoços/lanches e fruta escolar gratuitos a todas as crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo", com "o reforço do quadro técnico do Município, com a contratação de técnicos superiores de nutrição"; no âmbito de Gaia Sustentável, com a criação de "Gaia Terra Mãe - Museu e Jardim Botânico Internacional", que incluirá "pomares com diferentes espécies frutícolas e uma horta". Na página da Câmara de Gaia, na secção de Saúde, são disponibilizadas ferramentas do Plano Local de Saúde elaborado pelo Agrupamento dos Centros de Saúde, nomeadamente brochuras sobre as vantagens de "Aumentar o Consumo de Hortofrutícolas"; na secção de Ambiente, existe um questionário com a chancela da Zero e da Universidade de Aveiro, sobre a pegada ecológica com óbvias relações com o tipo de dieta alimentar e é anunciada a integração da cidade de Gaia numa parceria com Milão (Itália), Stara Zagora (Bulgária) e Almere (Países Baixos) em torno do projeto NEXT AGRI, "Innovative approaches to Education experimentation and Entrepreneurship in peri urban Agricultural territories", que esperamos que promova a agricultura ecológica.

No entanto, a urgência climática e a mudança de mentalidade da sociedade civil exige que se faça mais.

Face ao exposto, vem o Deputado Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Gaia, na sua Sessão de 20 de abril de 2023, delibere recomendar à Câmara Municipal de Gaia que pondere:

1. Desenvolver uma estratégia para promoção de uma oferta alimentar inclusiva;

2. Nessa estratégia, possa ter em conta aspetos como:

   – a par do que já se verifica nas cantinas escolares (de acordo com a Lei n.º 11/2017, de 17 de abril), prever a opção 100% vegetal em todos os eventos públicos, que incluam catering e sejam organizados pelo município;

   – oferta, em todos os eventos públicos, que incluam catering e sejam organizados pelo município, de alternativas inclusivas que abranjam as preocupações crescentes com a saúde, a sustentabilidade e os valores culturais;

   – oferta de formação em cozinha vegetariana nas cantinas municipais.

Vila Nova de Gaia, 20 de abril de 2023

O Grupo Municipal

do PAN - Pessoas - Animais – Natureza

Pedro Ribeiro de Castro (A.D.)

(Deputado Municipal)

Pedro Ribeiro de Castro

Assinado de forma digital por Pedro Ribeiro de Castro
Dados: 2023.04.19 09:18:16 +01'00'

Documento original constituído por 4 páginas

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
e-mail: amgaia@pan.com.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 4

Iniciativa Liberal | Vila Nova de Gaia
Deputado Único | Assembleia Municipal

Voto de Congratulação | Aprovação na Generalidade do Projeto Lei n.º 598/XV/1.ª

Vem o deputado eleito, no âmbito das disposições legais previstas no Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia apresentar o seguinte voto de congratulação pela aprovação, na generalidade, da proposta de Lei em epígrafe consagrando a transmissão e divulgação das sessões e reuniões públicas das autarquias locais, alterando a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A referida proposta encerra uma das principais bandeiras da Iniciativa Liberal e que deve ser a bandeira de qualquer instituição democrática: a transparência.

Assim, congratulamos os votos a favor do grupo parlamentar do Partido Socialista, do Partido Chega, do Partido Animais e Natureza e do Partido Livre que permitiram viabilizar esta proposta de lei e que irá permitir a qualquer cidadão assistir, de forma telemática, às sessões das Assembleias Municipais e das Assembleias de Freguesia de todo o país, sendo que o mesmo diploma prevê igualmente que estas possam ser transmitidas em direto, mediante a existência de meios próprios para o efeito das respetivas autarquias.

Os referidos partidos encontram-se assim em consenso com o afirmado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses na sua Informação de 26 de maio de 2019:

"*(...) As sessões das Assembleias Municipais são obrigatoriamente públicas, considerando que este órgão autárquico desenvolve uma atividade pública na prossecução do interesse coletivo, pelo que os munícipes devem ter ao seu dispor mecanismos que lhes permitam acompanhar essa atividade, nomeadamente através do recurso à difusão multimédia, encarada numa perspetiva de modernização administrativa. (...)*"

E é nesta modernização virada para o futuro, que nós, agentes políticos ao serviço dos cidadãos devemos sempre pautar a nossa ação, sendo a Administração Local a primeira linha política em constante contacto com os munícipes utilizando ao seu dispor todos os meios tecnológicos existentes.

Neste sentido, a Iniciativa Liberal, através do seu deputado único, insta esta Assembleia no sentido de congratular os Grupos Parlamentares do Partido Socialista, do Partido Chega, do Partido Animais e Natureza, do Partido Livre e do grupo parlamentar proponente da Iniciativa Liberal.

Vila Nova de Gaia, 20 de abril de 2023

O Deputado Único da IL — Rui Leite de Castro

ANEXO IV

CDU
Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Vila Nova de Gaia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 5

Moção

Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

No actual quadro político da vida nacional, quando avultam limitações de importantes direitos sociais, económicos e políticos, se agrava a situação económica e social, se degradam aceleradamente as condições de vida dos trabalhadores e do povo, se acentuam desigualdades e injustiças –, com o povo a pagar a factura dos lucros que aumentam escandalosamente –, quando aumenta o domínio económico e político do grande capital, se aprofundam opções de submissão a interesses externos fragilizando a afirmação da independência e soberania nacionais e quando, paralelamente, se multiplicam operações de branqueamento da história e natureza do fascismo, bem como aumenta a expressão e promoção das forças reacionárias e da política de direita, vive-se uma ameaça aos direitos dos trabalhadores e do povo, ao progresso e ao futuro do país. Por tudo isto, comemorar o 25 de Abril reveste-se de particular importância.

Comemorar Abril é defender e valorizar o Poder Local Democrático hoje ameaçado pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções do Estado Central.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia delibera:

1. Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 47 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatórios;

Pel'A CDU,



PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 6

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Exmª Mesa,

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação,

Caras e caros colegas deputados,

Estimável público,

Comunicação Social,

Polícia Municipal

Meus senhores, minhas senhoras,

A jovem Gaiense Iolanda Barbosa, de 21 anos, tem tido um percurso académico e uma participação cívica brilhante.

Por exemplo, no ensino secundário, representou, a nível nacional, por 3 vezes, a sua escola, na Assembleia da República, no âmbito do Parlamento dos Jovens.

Ainda no ensino secundário, integrou várias simulações das Nações Unida, atividade popular para os interessados em aprender mais sobre o funcionamento da ONU.

Fez parte do Clube da escola, tendo participado na organização do evento "Gaiamun", na qualidade de Secretária-Geral.

Atualmente, estuda na Faculdade de Letras e está a frequentar o curso de Línguas e Relações Internacionais.

Por ter terminado o 1º ano, da sua licenciatura, com média de 18,3 valores, conquistou o Prémio Incentivo 2023, destinado aos melhores estudantes do primeiro ano da U.Porto.

Nas palavras da Iolanda, jovem Gaiense de 21 anos, o que a inspira é a vontade de aprender e de conseguir aplicar a sua aprendizagem no dia-a-dia.

Neste sentido, também nós, Gaienses, nos sentimos inspirados por ela, pela sua excecional dedicação e comprometimento com o seu aprendizado.

O esforço e empenho da Iolanda são aqui homenageados, também como forma de estímulo e apoio a todas e todos os jovens da nossa comunidade.

A vida é cheia de desafios e oportunidades, e nós, os concidadãos mais velhos, estamos aqui para os ajudar a superar os desafios, a aproveitar as oportunidades e também, com elas e com eles, aprender. A aprender com a sua energia, com a sua criatividade e entusiasmo para transformar o mundo.

Estamos conscientes que os jovens são o futuro da sociedade, da nossa comunidade e, que investir neles, é investir no futuro de todos. Por isso, esta é uma nossa missão, que tem sido abraçada com excelência pelo nosso Município.

Sendo assim, é com grande satisfação que apresento este voto de louvor em reconhecimento à notável conquista da Iolanda Barbosa e desejo que esta distinção sirva de inspiração para todos nós.

Assim, A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária de 20 de abril de 2023, aprova este Voto de Louvor

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

_____

O Voto a ser aprovado, deve ser enviado à Iolanda Barbosa.

PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

Assembleia Municipal | 20.04.2023

Voto de Louvor pelo 50.º Aniversário do Partido Socialista

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 7

A 19 de abril de 1973, em Bad Münstereifel, na Alemanha, era fundado o Partido Socialista, resultante da transformação da Ação Socialista Portuguesa em partido político. Inspirado no socialismo democrático e em liberdade, defensor da dignidade da pessoa humana e profundamente dedicado ao combate às desigualdades, defensor da paz e da autodeterminação dos povos, internacionalista e europeísta convicto, incluía na sua lista de fundadores nomes maiores da resistência e luta pela democracia, nomes que durante décadas não vergaram perante o pesado jugo da ditadura fascista, destacando-se entre eles o nome de Mário Soares, primeiro Secretário-Geral do Partido e figura ímpar na história política portuguesa.

Soares dizia que para os militantes do Partido Socialista ser socialista não era uma abstração, mas sim um desígnio concreto: "libertarmos este nosso povo da angústia do dia de amanhã". E foi com essa vontade e seguindo esse ideal de libertação do povo da angústia do dia de amanhã que foram construídos os cinquenta anos do Partido Socialista.

São cinquenta anos de conquistas e de progresso, desde a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia à criação do Serviço Nacional de Saúde, da aposta numa escola pública de qualidade à aposta na criação de um sistema justo e digno de segurança e proteção social, na da criação do Rendimento Mínimo ao fim do Serviço Militar Obrigatório, do casamento entre pessoas do mesmo sexo à aposta na sustentabilidade ambiental do país. De entre muitas outras conquistas do Partido Socialista, é de destacar também o papel que teve no que às autarquias locais diz respeito, através da primeira Lei das Finanças Locais, estabelecendo as bases fundadoras da autonomia financeira das autarquias, ou por via da descentralização de competências, sempre central na ideia de país do PS.

Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia apresenta ao Partido Socialista os seus cumprimentos e parabéns por ocasião do seu quinquagésimo aniversário, desejando que possa continuar a exercer o seu relevante papel na democracia portuguesa e a construir um futuro com história. A ser aprovado, o presente voto de louvor será enviado ao Presidente e ao Secretário-Geral do Partido Socialista.

Pelo grupo parlamentar do Partido Socialista,

Rui Teixeira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 8

Grupo Municipal

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Declaração de Voto

VOTO DE SAUDAÇÃO (BE) VIVA O 25 DE ABRIL!

O Grupo Municipal do Partido CHEGA votou contra a referida Moção por ser contra as seguintes afirmações nela contida:

- "A diversidade étnico-racial da sociedade portuguesa deve ser acolhida e respeitada, garantindo a todos os cidadãos nascidos em território nacional a nacionalidade portuguesa."

O CHEGA entende que o nascimento em território nacional, só por si, não pode garantir a atribuição da nacionalidade portuguesa.

- "As políticas de imigração criam inúmeras dificuldades aos imigrantes, que tanto contribuem para o desenvolvimento social e económico do país."

O CHEGA entende que as políticas de emigração são fundamentais para garantir não só a segurança nacional, como os direitos e as condições dignas daqueles estrangeiros que queiram viver e trabalhar em Portugal. Sem políticas de emigração só teremos caos, exploração e insegurança.

Vila Nova de Gaia, 24 de abril de 2023

O Deputado do Grupo Municipal do Partido CHEGA!

Jorge Manuel Dos Santos Pereira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 9

Grupo Municipal

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Declaração de Voto

Moção da CDU "Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático"

O Grupo Municipal do Partido CHEGA votou contra a referida Moção por ser contra as seguintes afirmações nela contida:

- "quando aumenta o domínio económico e político do grande capital, se aprofundam opções de submissão a interesses externos fragilizando a afirmação da independência e soberania nacionais e quando, paralelamente, se multiplicam operações de branqueamento da história e natureza do fascismo, bem como aumenta a expressão e promoção das forças reacionárias e da política de direita, vive-se uma ameaça aos direitos dos trabalhadores e do povo, ao progresso e ao futuro do país."

Estas afirmações representam claramente uma hostilidade típica da CDU contra organizações (NATO, União Europeia, etc.) nas quais Portugal participa de forma ativa e efetiva e são essenciais para o nosso país, assim como são um insulto para as forças que se identificam à direita do espetro político português.

- "Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatórios."

O CHEGA discorda em absoluto desta tentativa de imposição da CDU.

Vila Nova de Gaia, 24 de abril de 2023

O Deputado do Grupo Municipal do Partido CHEGA!

Jorge Manuel Dos Santos Pereira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 10

GAIA PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
GRUPO PARLAMENTAR
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Relatório e Contas de 2022

O ano de 2022 não correspondeu, de facto, à retoma da normalidade económica, financeira e social, como todos desejávamos. Ainda assim, a Câmara obteve um resultado líquido de quase dois milhões de euros e um saldo para 2023 de cerca de 30 milhões de euros.

Mas ao contrário do que se afirma no Relatório, estes resultados financeiros – e ainda bem que o conseguimos – não se deve exclusivamente ao mérito da atual maioria, mas são também fruto e consequência do forte investimento estrutural e das políticas públicas municipais, do clico autárquico anterior, onde foi possível lança as bases do desenvolvimento económico e social da progressiva atratividade do Concelho, ao longo da última década.

O melhor indicador desta atratividade, porque diretamente relacionado com o estado do mercado imobiliário, é a receita do IMT que, em 2022, atingiu 41,1 M€ e é superior em 400% (!!!) aos 10,3 M€, registados em 2013. Valor que acreditamos, se vá multiplicar, daqui a meia dúzia de anos, na receita de IMI, após o termo dos períodos de isenção do imposto.

De igual modo, constata-se que, volvida uma década, a Câmara Municipal apesar da pandemia e da guerra, arrecadou 100,5 M€ de impostos diretos, praticamente o dobro da receita fiscal de 58,9 M€, de 2013.

Este crescimento exponencial da receita, permitiu que, durante este ciclo autárquico, fosse possível reduzir a dívida de investimento, bem como conceder mais apoios em subsídios e despesas correntes. Acompanhamos aqueles que têm resultados práticos, como o apoio ao arrendamento ou o programa Gaia Cuidador, mas duvidamos da eficácia do que se gastou noutros, mais discutíveis, como eventos, comunicação e propaganda, no valor de 3,1 M€, que naturalmente prejudicaram um maior volume em despesas de investimento.

Preocupa-nos de sobremaneira, as despesas de pessoal, que quase duplicaram no mesmo período, crescendo, sem parar dos 33 M€ para 59,8 M€, em 2022. Nem a própria descentralização de competências parece justificar um aumento de 22%, relativamente a 2021.

Preocupa-nos o impacto negativo da Descentralização nas contas municipais que, com uma conta-corrente agravada a favor do Estado, com encargos permanentes para o Município. Na área da Educação, 8,5 M€, por ano, para recrutamento de mais recursos humanos, 2,3 M€ para despesas de funcionamento das escolas. Na área da Ação Social um déficit anual de quase

2M€, quando o Orçamento de Estado só prevê um reforço de Fundo de Financiamento da Descentralização em 4,4 M€.

Preocupa-nos também as despesas de funcionamento que atingiram os 100,5 M€, enquanto o investimento não passou dos 45,7 M€.

Preocupa-nos que as despesas de funcionamento, registem um aumento de mais 19,1 M€ e um agravamento de 23,47%, relativamente a 2021 e que tenham consumido toda a receita fiscal de 2022.

Preocupa-nos finalmente que a gestão municipal esteja mais orientada por uma opção mais assistencialista, através de comparticipações financeiras e de apoios sociais, que também são necessários, com claro prejuízo do investimento e de projetos de valor acrescentado.

Preocupa-nos que a Câmara, em muitos casos, e mesmo neste Relatório, se fique, ano após ano, pelos anúncios, de que há muitos exemplos.

O parque tecnológico da Madalena, anunciado como um investimento de 700 M€ e a criação de 15.000 postos de trabalho qualificados, que acabou antes de começar.

O Centro de Congressos, anunciado em 2021 como um bem futuro que nos vão oferecer daqui a 25 anos, mas nem uma única referência neste documento.

O metro-bus da VL3, que ainda é uma intenção; a VL1, que liga a baía de Sampaio, em Canidelo e a rotunda das Devesas, em Santa Marinha, que está em estudo; os acessos da Feiteira ao IP1, em Grijó, em negociações com Brisa; a requalificação das Escolas Secundárias de Oliveira do Douro, de Júlio Dinis, dos Carvalhos e Diogo de Macedo; a reabilitação os Centros de Saúde Afurada Grijó e Oliveira do Douro, com avisos publicados no PRR, os de Canidelo e Lever, em estudos e projeto; o Pavilhão Multiusos, os pavilhões de Vilar do Paraíso, de Olival e de S. Félix, em projeto ou em concurso; o estádio do Vilanovense, que não passa ainda de uma ideia; o Teatro Almeida e Sousa, em Avintes, em concurso; a requalificação dos Auditórios de Lever, Olival e Gulpilhares, inscritos em plano há pelo menos 3 anos; o novo edifício técnico dos serviços municipais e o Tanatório Municipal, em Canelas, para lançar concurso ou a requalificação da Praceta 25 de Abril, do Largo do Senhor dos Aflitos, em Valadares e da envolvente da Igreja de Mafamude, ainda sem concurso.

Julgamos, por isso, que falta investir mais na captação de investimento e na promoção e incentivo do investimento privado, principalmente ao nível empresarial, como fator

diferenciador e concorrencial do Concelho, como por exemplo o Centro Empresarial de Sandim, com ligação estreita ao ensino superior, que poderia promover a atratividade para a instalação de novas empresas, de que o documento também não faz uma única referência.

Temos esperança, que os recentes anúncios sobre a construção de um novo edifício no denominado Centro Tecnológico de S. Félix da Marinha, a cedência da Casa dos Ferradores para a incubação de empresas de base tecnológica e a definição de um plano estratégico para a INOVAGAIA, se concretizem e possam acompanhar esta prioridade, que será estrutural e estratégica para o Município.

Finalmente, antecipando uma pergunta injusta *"onde cortavam?"*, que tantas vezes nos é dirigida, para argumentar as críticas legítimas que suscitamos, mesmo sabendo, de antemão, que não temos responsabilidades de gestão, não temos acesso a todas as informações ou aos números reais de disponibilidade financeira, para além das diferenças que nos separam na prioridade e no valor de alguns investimentos, como o pavilhão de Vilar do Paraíso ou o Pavilhão Multiusos, sugerimos que, para o efeito, se pondere a reafectação dos 35M€, da D. António Francisco dos Santos, cujos encargos provavelmente serão assumidos pela IP, a aplicação do aumento significativo da receita fiscal, previsto o Orçamento para 2023, na ordem dos 11,5 M€ e uma negociação dura para, no âmbito da Comissão de Acompanhamento da Descentralização, possamos ser ressarcidos dos mais de 12M€, que já adiantamos por conta do Estado.

Face a tudo o que vai alegado, o PSD votará contra o documento em apreciação.

Vila Nova de Gaia, 20 de abril 2023

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 11

MINUTA DE ATA Nº 25

Reunião Ordinária de 20.04.2023

Ao vigésimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. **Foram, no Período de Antes da Ordem do Dia, votados os seguintes documentos:**
   a) Foi um, **Voto de Saudação**, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "Viva o 25 de abril", **Aprovado por Maioria**, com 38 votos a favor (19 do PS e 13 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do PAN e 01 do IL), 01 voto contra do CH e 07 abstenções (05 do PSD e 02 do CDS). ----------
   b) Foi um, **Voto de Recomendação**, apresentado pelo Grupo Municipal do PAN, "Gaia "veg-friendly" e inclusiva", **Aprovado por Unanimidade**. ----------
   c) Foi um, **Voto de Congratulação**, apresentado pelo Grupo Municipal da IL, "Aprovação na Generalidade do Projeto Lei nº 598/XV/1ª", **Aprovado por Maioria**, com 39 votos a favor (19 do PS, 13 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS, 02 do BE, 01 do CH, 01 do PAN e 01 do IL), 02 votos contra da CDU e 05 abstenções do PSD. ----------
   d) Foi uma, **Moção**, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, "Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático", **Aprovado por Maioria**, com 37 votos a favor (19 do PS, 13 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN), 07 votos contra (05 do PSD, 01 do CH e 01 do IL) e 02 abstenções do CDS. ----------
   e) Foi um, **Voto de Louvor**, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, "a Iolanda Barbosa", **Aprovado por Unanimidade**. ----------
   f) Foi um, **Voto de Louvor,** apresentado pelo Grupo Municipal do PS, "Pelo 50º Aniversário do Partido Socialista", **Aprovado por Maioria**, com 41 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS e 01 da IL), e 05 abstenções (02 do BE, 01 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN) ----------

2. No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: ----------

a) **Foi o ponto 4.1. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta Final do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia - Quadriénio 2021-2025, **Aprovado por Maioria**, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS, 02 do BE, 01 do CH, 01 do PAN e 01 do IL) e 07 votos contra (05 do PSD e 02 da CDU). ----------

b) **Foi o ponto 4.2. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Concurso Público Internacional "Aquisição de Serviços Combinados de Vigilância e Segurança Humana e de Videovigilância para o Município de Vila Nova de Gaia – Repartição dos Encargos Plurianuais na Rubrica 2004|A| 9, da seguinte forma: ---

- Ano 2023 - € 437.500,00 (quatrocentos e trinta e sete mil e quinhentos euros) S/IVA;
- Ano 2024 – € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros) S/IVA; ----------
- Ano 2025 - € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros) S/IVA; ----------
- Ano 2026 - € 1.062.500,00 (um milhão, sessenta e dois mil e quinhentos euros) S/IVA.

Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH, 01 do PAN e 01 do IL) e 02 abstenções do CDS. ----------

c) **Foi o ponto 4.3. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Prestação de Contas relativo ao ano 2022, nos termos da alínea j), do nº 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, **Aprovado por Maioria**, com 42 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 01 do PAN e 01 do IL), 07 votos contra (05 do PSD e 02 do CDS) e 05 abstenções (02 do BE, 02 da CDU e 01 do CH). ----------

d) **Foi Apreciada a** "Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Vila Nova de Gaia e respetiva avaliação relativos ao ano 2022, nos termos da na alínea j) do nº 1, do artigo nº 35 e da alínea l), do nº 2, do artigo nº 25, do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, **referente ao ponto 4.4. da Ordem de Trabalhos.** ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 01 horas e 42 minutos do dia 21 de abril de 2023, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA

(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)